



Manuel Nanque

**Cooperação:
política externa do Brasil com a África (1960-2010)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Bacharelado em Humanidades da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Humanidades.

Orientador:

Prof. Dr. Fábio Baqueiro Figueiredo

**Redenção
2016**

Manuel Nanque

**Cooperação:
política externa do Brasil com a África (1960-2010)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Bacharelado em Humanidades da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Humanidades.

Aprovada em [dia] de [mês extenso] de 2016

Banca examinadora:

Prof. Dr. Fábio Baqueiro Figueiredo
Instituto de Humanidades e Letras
UNILAB

Prof. Dr. Mário Biague
Instituto de Engenharia e Desenvolvimento Sustentável
UNILAB

Prof. Dr. Sebastião André Alves de Lima Filho
Instituto de Humanidades e Letras
UNILAB

**Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro- Brasileira
Diretoria do Sistema Integrado de Bibliotecas da Unilab (DSIBIUNI)
Biblioteca Setorial Campus Liberdade - BSCL
Catalogação na fonte**

Bibliotecário: Gleydson Rodrigues Santos – CRB-3 / 1219

N168c Nanque, Manuel.

Cooperação: política externa do Brasil com a África (1960-2010). / Manuel Nanque. –
Redenção, 2016.

82 f.: il.; 30 cm.

Monografia do curso do Bacharelado em Humanidades do Instituto de Humanidade e Letras
da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira – UNILAB.

Orientador: Prof. Dr. Fábio Baqueiro Figueiredo.
Inclui Referências.

1. Cooperação internacional. 2. Cooperação sul-sul. I. Título.

CDD 337.11814

Dedico este trabalho especialmente a meus pais, Ocrentche Nanque e Nené Nanque, à minha esposa, Rute da Silva Nanque e a meus filhos, Crizandra Manuel Nanque e Idalécio Manuel Nanque, a meus tios, Agosto Cá, João Gomes, Agostinho Nanque, Rui Doutor Salavana, Paulo Doutor Salavana e Cristiano Doutor Salavana.

Agradecimentos

Começando, gostaria de agradecer a muitas pessoas que me ajudaram a chegar ao final deste episódio tão difícil do percurso acadêmico.

Primeiramente, gostaria de agradecer a Deus por ter me dado vida e saúde para superar as dificuldades. Sem deixar de agradecer à minha família, aos meus amorosos pais, Ocrentche Nanque, Nené Nanque e também, agradecer à minha esposa Rute da Silva Nanque e a meus filhos, Crizandra Manuel Nanque e Idalécio Manuel Nanque. Não poderia também deixar de agradecer a meus irmãos, Ladislau Djú, Mário Armando Djú, Edmilson Djú e Assunção Djú. Agradecer também a meus primos, Olivio António Gomes, Inoque Nanque, Tito Djú, Armando Nanque, Luciano Dan Nanque, Vailton Nanque, Ivo António Djo, Lenin Nanque e Barnabé Agosto Cá, que mesmo de longe, sempre me apoiaram.

Agradecer também, do fundo do meu coração, ao meu orientador, professor Dr. Fábio Baqueiro Figueiredo, pela paciência impressionante nesse trabalho acadêmico. Que Deus o proteja, bem como à sua família. Agradeço ainda aos diversos setores da UNILAB, na pessoa de seus servidores técnicos e docentes, que consolidaram e disponibilizaram os dados utilizados na última seção desta pesquisa.

Sem deixar também de agradecer aos meus amigos, pois juntos lutamos durante o percurso acadêmico na Universidade, Didier Té, Farã Vaz, Ivanilson Dinis, Geraldo Monteiro, Dala Djop, Abibato Djaló, Calilo Fatí, Natividade Beia, Felisberto Mango; com eles pude dividir tristezas, alegrias e vitórias. Obrigado pela sua contribuição para o meu percurso na vida acadêmica.

Resumo

A cooperação entre o Brasil e a África é assunto que está em destaque atualmente nas discussões acadêmicas. Este trabalho apresenta uma análise da política de cooperação do Brasil com a África, no âmbito da formação de estudantes africanos em universidades brasileiras, comparando a política externa independente na década de 1960, com a política dos governos petistas. Construimos a abordagem a partir de três momentos da política externa: os governos Jânio Quadros-João Goulart, Ernesto Geisel e Luís Inácio Lula da Silva. Por fim, analisaremos os programas de bolsas de estudos, a partir do CEAO nos governos Jânio Quadros-João Goulart (1961-1964), a criação e evolução do programa do PEC-G e do PEC-PG, o pragmatismo responsável e ecumênico, no governo Ernesto Geisel (1974-1979). Dentro deste contexto, visamos compreender o papel da UNILAB no quadro da política externa brasileira em sua cooperação com a África na base de relações sul-sul, a partir dos governos de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010). A nossa abordagem será construída a partir de pesquisa bibliográfica e documental.

Palavras-chave:

Brasil;

África;

Política externa;

Cooperação.

Abstract

The Brazil-Africa cooperation is a topic that is currently highlighted in academic discussions. This work presents an analysis of the policy of Brazil- Africa cooperation, within the scope of the education of African students in Brazilian universities, comparing the independent foreign policy in the 1960s, with the policy of the Workers' Party (PT) administrations. We have built this approach based on three moments of foreign policy: Jânio Quadros-João Goulart, Ernesto Geisel and Luís Inácio Lula da Silva tenures. Finally, we will analyze the CEAO scholarship programs in Jânio Quadros-João Goulart administration (1961-1964), the creation and evolution of the PEC-G program and PEC-PG, the responsible and ecumenical pragmatism in the Ernesto Geisel administration (1974-1979). Within this context, we aim to understand the role of UNILAB in the framework of Brazilian foreign policy in its cooperation with Africa on the basis of South-South relations, in the administration of Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010). Our approach will be built on bibliographical and documentary research.

Keywords:

Brazil;

Africa;

Foreign policy;

Cooperation.

Sumário

Introdução.....	8
O tráfico de escravos, afastamento e reaproximação.....	12
1 O Brasil e a cooperação sul-sul na segunda metade do século XX.....	22
1.1 A PEI no quadro mundial e na África.....	34
1.2 Governo Geisel e interesses econômicos e estratégicos na África.....	45
2 Brasil e África no século XXI.....	51
2.1 A UNILAB como instrumento de política externa.....	58
Considerações finais.....	77
Referências bibliográficas.....	80

Introdução

O presente trabalho, através da realização dessa pesquisa, visa analisar a cooperação Brasil-África no âmbito da formação de estudantes africanos em universidades brasileiras, comparando a política externa independente na década de 1960 com a política dos governos do Partido dos Trabalhadores (PT). O seu objetivo é analisar os programas de bolsas de estudos, a criação e evolução do PEC-G e do PEC-PG e igualmente analisar o papel da UNILAB no quadro da política externa brasileira em sua cooperação com a África.

As primeiras iniciativas de cooperação internacional para o desenvolvimento aconteceram após a segunda guerra mundial, “sendo condicionadas pela preponderância de uma conjuntura geopolítica determinada pela divisão bipolar do mundo” (ULLRICH, MARTINS, CARRION, 2013, p. 2). Segundo os autores, a “impossibilidade de acomodação de poderes no âmbito mundial foi exposta pelas duas grandes guerras do século XX, bem como pela posterior divisão do mundo em dois grandes blocos onde, de um lado se encontravam os países” (p. 2) liderados pelos Estados Unidos que defendiam a política e a ideologia do capitalismo “e, de outro, os países sob a tutela da União Soviética (defensora político-ideológica do socialismo)”. Segundo Figueiredo (2013), no quadro exatamente dos africanos, cabe distinguir o alinhamento entre a instigação pan-africana anunciada pelo congresso de Manchester, em 1945, e o “espírito de Bandung” o que ficou patente em três fases da conferência dos países africanos: em 1958, em Acra (Gana), em Tunes (Tunísia) em 1960 e no Cairo (Egito) em 1961, com a reunião de executivos independentes africanos e movimentos armados em prol da libertação do continente africano. Por outro lado, essa conferência de Bandung (Indonésia) levou à formação do movimento dos países não alinhados (MNA), cuja primeira reunião ocorreu em Belgrado (antiga Iugoslávia) em 1961. É significativo que as três reuniões da cúpula dos países não alinhados tenham sido realizadas na África: no Cairo, em 1964, em Lusaka (Zâmbia), em 1970 e em Argel (Argélia), em 1973. À frente desse lugar de bipolarização, um conflito Leste-Oeste, começou a ser articulado ainda na década de 1950, no centro da guerra fria, a ideia política que viria a ser chamada de cooperação “sul-sul”. “A conferência Ásia-África, realizada em Bandung, Indonésia, em Abril de 1955, reuniu os países avaliados como subdesenvolvidos para apresentarem aos países reconhecidos como desenvolvidos, problemas relativos ao desenvolvimento” (Ullrich, 2013, p. 3). Constituiu-se o “Movimento dos Não Alinhados”, que procuravam sua autonomia por uma forma de entrada no sistema econômico internacional, o que foi ventilado na Conferência das Nações Unidas

para o Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD) em 1964 e que culminou com a formação do grupo dos 77-G77 (ULLRICH, MARTINS, CARRION, 2013, p. 3) viabilizando a criação da “solidariedade entre países do sul”. Portanto, respeitando distinções cronológicas de desenvolvimento tanto na África como no Terceiro Mundo foram, em virtude do nacionalismo africano das independências, “loci de enunciação política, tanto quanto de categorias de identificação coletiva”, referindo-se aqui Figueiredo a uma política de natureza classificada comum em grande escala, sociedade de destino reclamada por “acadêmicos, literatos e nacionalistas, cujo devir compreenderia uma etapa fundamental da história da emancipação humana, sua capacidade de mobilização política não deve ser menosprezada” (FIGUEIREDO, 2013, p. 195).

No âmbito externo, em “termos de relação entre os movimentos da libertação africanos, (e mais tarde os governos que eles se tornaram), poderíamos dizer que, se” o pan-africanismo deu argumentos ideológicos para o que os nacionalistas africanos pensassem a respeito da etnia, nação e raça, em cada área específica, “o Terceiro Mundo em constituição e sua rede de alianças internacionais serviram para conformar a grade na qual essas ideias tiveram de se posicionar em relação umas das outras” durante o período de 1960. Portanto esses foram os argumentos e redes que se formularam para conformar a política africana das independências. Por outro lado, o espaço africano veio surgindo durante o começo do período, destacando-se o choque de crise do Congo, uma clivagem que separou o espaço do nacionalismo em duas grandes decisões políticas, as quais diziam respeito não só à qualidade de funcionamento, como também a mudanças das relações envolvendo a colônia que se tornava independente e os interesses comerciais metropolitanos, claramente, a aderência explicada a um terceiro-mundista revolucionário estava envolvida aqui. Mas a importância de um discurso de classificação fundamentado “na raça não deixava de estar presente, por exemplo, no recurso a um discurso de “autenticidade” como legitimador de regimes conservadores frente a oponentes internos “revolucionários” (FIGUEIREDO, 2013, p. 195-196).

No mesmo período no Brasil, foi lançada a PEI, Política Externa Independente, por Quadros/Goulart, a qual, de acordo com Leite (2011), será avaliada nos dois mandatos dos presidentes Jânio Quadros e João Goulart, 1961 e 1964. Para descrever a época, parece importante uma digressão, remontando às discussões internas a respeito da Política Externa Independente, começadas a partir da segunda guerra mundial e essa Política Externa Independente deve ser pensada um pouco como uma prática inovadora do presidente Jânio Quadros, como reflexo de uma totalidade histórica. Surgiu no âmbito das redefinições, não só da conformação da ordem mundial, mas sobretudo de percebimentos externos do Brasil, em

que se destacavam as novas prioridades de formação de trabalhos a serem aceitas pelo Brasil. Essa posição, que ecoou positivamente de forma crescente em diferentes áreas das comunidades, em relação a uma renovação da inclusão internacional do Estado, justificava, em ampla medida a PEI, a qualidade de funcionamento dos seus princípios e as razões fundamentadas depois da saída de Quadros, além da substituição sucessiva de chefes, “cinco em pouco mais de três anos”, na criação e direção da política externa brasileira.

Dentro dessa história de íntima relação entre os assuntos internos e externos dentro da separação política “desmoralização progressiva da ideia pan-americana”, nas palavras de Leite, apareceu a Política Externa Independente, motivada não mais pelas ideias de ligação principal e de solidariedade continental, mas de universalismo e independência. O cenário mostrava-se propenso a ampliar a participação brasileira nos assuntos internacionais e diferenciar as relações com outros Estados, “a fim de alcançar desenvolvimento econômico e projeção política condizentes com as potencialidades do país” (LEITE, 2011, p. 82).

De acordo com Viana (2009), no âmbito interno, entre os motivos que alavancaram a PEI, podemos destacar: a formação de um novo perfil da comunidade brasileira, com a emergência das massas e sua formulação, através do nacionalismo; e a natureza das necessidades relacionadas ao assunto externo do desenvolvimento industrial brasileiro, que criavam o seu impedimento, sendo o jeito de superar esses obstáculos para alcançar divisas para importação de produtos e bens de capital, a exportação de bens de primeira necessidade de determinado limite de escoamento e a formação de seus preços, visando alcançar os recursos e tecnologias estrangeiras.

No âmbito externo, a formação da PEI foi recebida de maneira classificativa pelo cenário internacional, mas positiva pela movimentação dos países em desenvolvimento procurando um trabalho político conjunto na “conferência de Bandung/constituição de diálogos Norte-Sul” “pela reconstrução europeia e japonesa propiciando a possibilidade de parcerias alternativas aos Estados Unidos; e pela disseminação dos princípios de “coexistência pacífica”. O equilíbrio atômico tinha tornado a guerra em larga escala improvável” (VIANA, 2009, p. 2).

Um dos cenários relevante do universalismo e da aplicação livre das ideologias foi o reforço nas relações com o bloco socialista. O Brasil explicava este trabalho em duas fases. Ao aliviar forças entre os blocos Leste e Oeste, estaria apoiando a paz internacional. Além disso, o incremento das relações com os países do Leste propiciaria a chegada à meta nacional de desenvolvimento econômico, com a obtenção de uma ampliação de mercado para as exportações brasileiras.

No mesmo período de Quadros e Goulart, em 1963, o Brasil restabeleceu uma ligação diplomática com a Hungria e Romênia rompida desde a segunda guerra mundial. “Foram firmados acordos comerciais com Moscou e países da Europa oriental, que tratava da troca de matérias-primas brasileiras por produtos industriais. E foram criadas representações do Brasil em Varsóvia, Sófia e Tirana”. E ainda, no mesmo mandato de Goulart, reconstruiu-se uma ligação internacional com a União Soviética, que havia sido interrompido em 1947. Após um ano, “foi instituído, no MRE, órgão internacional para tratar do intercâmbio comercial com os países socialistas, a comissão do comércio com os países socialistas da Europa oriental (COLESTE)” (LEITE, 2011, p. 84)

A partir da presidência de João Goulart, previa-se que a ALALC traria não só benefícios interzonais, em termos de aumento de produtividade escalas de produção e comércio para os países latino-americanos, mas também ensejaria ação conjunta, a fim de que a defesa de produtos como o café, a carne, o trigo e a lã se tornasse não uma demanda individual, mas, sim, preocupação de toda a América latina. A ALALC converter-se-ia num instrumento de coordenação comercial que transcenderia o plano regional, ao buscar tratamento equitativo para o acesso aos mercados dos países desenvolvidos de produtos básicos e manufaturados produzidos na região (LEITE, 2011, p. 92).

Na América latina, a Revolução Cubana causou uma resposta dos Estados Unidos, que apoiou a construção de ditaduras pró-americanas que se expandiram até o Cone Sul ao longo dos anos de 1960 até 1970. A revolução uniu Ernesto Guevara de la Serna, Camilo Cienfuegos e os irmãos Castro (Raul e Fidel), os motivos correspondiam às prioridades óbvias de chegar à utopia de raiz revolucionária para livrar o país do poder capitalista, portanto, “o sentido desta foi o da implantação de um governo ditatorial, nos moldes do sistema stalinista, que perdurou totalmente fechado até os idos de 2008/2009, quando Fidel, depois de 50 anos, abdicou do poder em favor de seu irmão, abrindo aos poucos a rigorosidade no país” (BARRETO, p. 3).

Os momentos iniciais da Revolução Cubana marcaram o começo da administração de Kennedy em 1961, que assumiu contornos exclusivos de Guerra Fria. Ao lado de Berlim (encravada no território alemão controlado pela União Soviética, mas dividida em “zonas” atribuídas à Inglaterra, França e Estados Unidos, de um lado e União Soviética, do outro) o assunto da Revolução Cubana tornou-se questão primordial para os norte-americanos no começo de 1960, principalmente por ser uma ameaça que fisicamente transformava os problemas da geografia da disputa bipolar. “Tratava-se de mais um elemento percebido como

derrota ou desvantagem que os norte-americanos deveriam tratar com urgência. Cuba, assim, estava no centro da Guerra Fria” (NETO, p. 4).

A posição do Brasil em relação a Cuba pode ser sintetizada na busca do equilíbrio entre a defesa do regime democrático e a luta pela preservação da integridade continental. De um lado, o Brasil manifestava a repulsa ao comunismo internacional, condenando a existência de ideologias estranhas dentro do sistema continental, de outro, defendia a não intervenção e a autodeterminação do povo cubano na busca da independência política e econômica de seu país, argumentando que o melhor método de combate ao comunismo era luta contra o subdesenvolvimento (LEITE, 2011, p. 95-96).

Ainda no mesmo mandato de Goulart, abrem-se linhas de serviço de transporte marítimo especiais, que vão permitir o contato do Brasil com a África para tornar mais fáceis trocas comerciais. Em Agosto de 1962, “o ministro do planejamento do Congo, em visita ao Brasil, discutiu a pauta comercial dos dois países. Em fevereiro de 1963, o ministro nigeriano do desenvolvimento econômico realizou viagem similar. Em janeiro de 1964, o ministro da agricultura do Quênia visitou o país para tratar de uma política comum na área de exportação de café” (LEITE, 2011, p. 100).

Neste contexto, a política externa africana do Brasil apresenta-se dinâmica no quadro diplomático, adquirindo importância principal quando são pensados os trabalhos brasileiros no continente africano. No entanto, a força política, econômica e sociocultural de todas as esferas, em diferentes períodos históricos, estancaram ou fomentaram essa relação. Em distintos momentos históricos, os trabalhos brasileiros resultaram de uma leitura confundida das possibilidades da diplomacia brasileira. Esses trabalhos que não levaram em conta as vantagens dos interesses políticos e estratégicos de longo prazo, apenas os interesses econômicos e investimentos emergentes, deixaram para trás a criação e renovação de projetos bilaterais, como o estabelecimento da assinatura de cooperação no quadro multilateral. Cabe esta observação ao seguirmos o caminho das relações do Brasil com a África. (VISENTINI, 2013; PEREIRA, s.d., p. 1).

O tráfico de escravos, afastamento e reaproximação

A história passada da África e a remota história do Brasil estão proximamente relacionadas, desde de início colonizadores portugueses se estabeleceram nas duas margens do Oceano

Atlântico Sul no século XVI. Com a chegada dos primeiros escravos africanos ao Brasil, em 1538, começava uma longa fase da aproximação, fundamentada exclusivamente no tráfico de escravos, que se estendeu até 1850, quando começou o seu declínio. Essa ligação não era pouco relevante no âmbito global, pois, no século XVII, o Atlântico Sul foi o foco e a força da economia mundial, com o Brasil instigando o Império português; já no século XVIII, a vantagem transferiu-se para o Atlântico Norte, devido à orientação de potências como a França e a Inglaterra (VISENTINI, 2013 & PEREIRA, s.d., p. 2).

Ao longo de colônia, a maior parte do império foi constituída por africanos, milhões foram trazidos para o Brasil como escravos, fazendo com que a europeização das novas terras fosse seguida de sua africanização. Os historiadores enfatizaram a contribuição africana para a criação da sociedade brasileira na cultura, religião e arte, muito além dos aspectos apenas raciais. Por outro lado, os africanos trouxeram também as técnicas que promoveram a agricultura, a pecuária e o combate às enfermidades, pois o saber português era impróprio para o desenvolvimento do mundo tropical. O uso dos metais e a produção de utensílios, bem como a inclusão de padrões de conduta político-sociais e de organização social foram também contribuições africanas relevantes. O Brasil continuou a conservar uma ligação remota intensa com a África, através do tráfico de escravos, que colocou o país como uma “segunda nação africana”. Mais tarde a ligação veio a terminar a partir do final do tráfico, com a execução de um modo de administração colonial dos africanos pelos europeus (VISENTINI, 2013, p. 81).

Depois da independência do Brasil, a pressão inglesa pelo final de tráfico de escravos se tornou cada vez maior. O final do tráfico ocorreu no mesmo período em que começou a expansão colonialista europeia na África, o que provocou o declínio das relações e o afastamento da África e do Brasil. Na segunda metade do século XX, 90% do comércio do Brasil com o continente africano era feito especialmente com a África do Sul. Depois da segunda guerra mundial, a ligação com a colônia, Portugal, era relevante para os inúmeros governantes brasileiros, que negociavam a ajuda eleitoral das comunidades da diáspora lusitana, (incitada por Salazar, através das Casas de Portugal) e barganhavam a ajuda brasileira ao colonialismo português nos fóruns da ONU. Além de isso, o Brasil se limitava a ajudar a descolonização, Dakar era um foco estratégico das comunicações, com aeronaves entre a Europa e Portugal, era também integrante da OTAN (VISENTINI, 2013 & PEREIRA).

Além de manter o pensamento da Guerra Fria, a política externa brasileira se limitava às Américas. As independências africanas, que começaram justamente ao longo da administração de Juscelino Kubitschek, foram praticamente rejeitadas. Foi preciso ser iniciada

a Política Externa Independente, na administração de Jânio Quadros, para que a África aceitasse a relevância da política externa brasileira (VISENTINI, PEREIRA).

O exaustivo processo colonial na África, o surgimento dos movimentos nacionalistas africanos e os desenvolvimentos da história brasileira depois da segunda guerra, bem como a ligação do Brasil com a aliança ocidental são razões principais explícitas para a aproximação do Brasil com a África. Os anos 1950 e o começo dos anos 1960 trouxeram novas preferências atlânticas. “O novo ambiente internacional que ressaltava a presença dos novos Estados independentes na África, exigia uma postura menos incerta, por parte do Brasil, referente ao lugar da África” (FERREIRA, p. 128).

O Brasil defendia a necessidade de uma análise da origem do funcionamento institucional do comércio exterior. Observava-se que o subdesenvolvimento era a principal luta do mundo depois do conflito e que seria vital, para o próprio interesse nacional, um empenho global voltado para o aumento da taxa de crescimento econômico das populações subdesenvolvidas. A ideia era ainda enorme, devido à contínua aceleração e aos distintos graus de riqueza entre as nações. O Brasil passou então a advogar, no âmbito internacional, uma obrigação por parte das colônias restantes e a reconhecer as decisões da “Declaração de Outorga da Independência aos Países e Povos Coloniais, aprovada pela ONU, em 1960, em que se condenava o colonialismo de qualquer tipo e se apoiava o processo de descolonização” (VIANA, 2009, p. 5).

O surgimento do Centro de Estudos Afro-Orientais (CEAO), na Universidade Federal da Bahia, em 1959, significou o primeiro movimento institucional da universidade brasileira em direção à África. O ano seguinte, de 1960, ficou conhecido como “ano da África” por conta das 17 independências da pressão colonial europeia e neste sentido, num cenário marcado por duras redefinições no cenário mundial, o governo brasileiro não tardaria a mudar naturalmente sua posição referente à África, procurando aproximação, após aproximadamente setenta anos de silenciamento e distâncias. No ano seguinte, 1961, Jânio Quadros foi eleito presidente, responsável por levar a Política Externa Independente a outras diretrizes, estabeleceu uma política externa africana, com uma clara posição voltada para as relações com os países africanos. Neste contexto, foram anos muito duros em relação à posição que o Brasil poderia tomar rumo em relação à África “nutrindo um debate entre políticos e intelectuais. [O idealizador e primeiro diretor do centro,] Agostinho da Silva, cujo pensamento se materializava no funcionamento do CEAO, manteve um diálogo profícuo com Quadros durante o curto período em que o presidente esteve no poder” (REIS, 2010, p. 18).

O lançamento da Política Externa Independente por Quadros e seu ministro Afonso Arinos, em 1961, significou o lançamento de uma política africana e uma postura do Brasil a favor do direito à autodeterminação das nações coloniais, principalmente das que faziam parte da colonização portuguesa, que começavam o desafio armado, tendo se procedido às assinaturas de vários acordos culturais, o que ajudou o estabelecimento de um programa de bolsas de estudos para os discentes africanos no Brasil, que viria se concretizar no programa de Estudantes-Convênio (PEC) (VISENTINI, 2013 & PEREIRA, p. 2).

De qualquer jeito, a política africana do Brasil é um valor especial da política externa independente. Criada por Quadros na sua memorável mensagem ao Congresso Nacional no dia 15 de março de 1961, visou a nova política exterior do Brasil estabelecer uma posição contra o colonialismo e o racismo, destacando-se a ajuda brasileira à autodeterminação das nações africanas. Salientou o presidente Quadros que o Brasil tinha experiências históricas comuns com os africanos e com os asiáticos, tais como o “desenvolvimento econômico, a defesa dos preços dos produtos primários, a industrialização e o desejo pela paz” (SARAIVA, 1993, p. 3).

Foi a primeira vez que um chefe brasileiro imprimiu com clareza tais objetivos na diplomacia brasileira. A nova diplomacia era o resultado da procura de novas saídas para o crescimento econômico do Brasil, porém, uma resposta também às mudanças no âmbito internacional. O mundo menos bipolar, mais amplo nas relações internacionais e o empenho pelo desenvolvimento, seriam os elementos históricos que levaram o Brasil a articular uma política em relação à África. Esses objetivos maiores foram visados por um dos criadores da própria Política Externa Independente, San Tiago Dantas, como Ministro das Relações Exteriores no governo parlamentarista de Goulart, de 11 de setembro de 1961 a 15 de julho de 1962. (SARAIVA, 1993).

Segundo Saraiva (1993), “considerações morais” por si já demonstravam a reaproximação brasileira com o continente africano, Quadros gostava de se referir à ideia de “identidade espiritual” com a África. Ele insistia que a África desenvolvida e estável era uma condição principal para a “segurança e o desenvolvimento do Brasil”. Surgia a origem do discurso culturalista que nortearia a política do Brasil para com o continente africano até os dias de hoje (p. 4). A projeção no continente africano de uma imagem do Brasil que facilitasse as relações econômicas, políticas e culturais foi a questão decisiva na articulação da política africana do Brasil. O chefe de Estado Jânio Quadros se referiu a “ponte”, “identidade cultural” e enfatizou que o Brasil era fruto histórico de duas heranças, uma africana e outra ocidental. Por outro lado, a identidade do Brasil com a África era bastante para ratificar uma

nova relação, exclusiva, entre os dois lados do Atlântico Sul. Esses aspectos imaginários na aproximação dos brasileiros com o continente africano nos governos de Quadros e Goulart são determinantes para a compreensão dos trabalhos diplomáticos do Brasil na África (SARAIVA, 1993).

Uma das características mais importantes desse discurso culturalista preparado pelo atores da política externa do Brasil para o continente africano foi a construção acrítica do estereótipo voluntário da generosidade africana. Os articuladores da política africana, como ficou claro nos discursos de Quadros, ministro Arinos e outros, confiavam na origem da compreensibilidade africana aos gestos brasileiros de solidariedade cultural e política. (SARAIVA, 1996, p. 90).

O evidente empenho da política externa brasileira em construir uma imagem negra do Brasil a ser transportada para o continente africano ficou claro na indicação do primeiro embaixador brasileiro para a África negra. Na inexistência de representantes negros na chancelaria brasileira e diante da exigência de dar qualidade prática ao discurso, foi indicado por Quadros o jornalista negro Raymundo de Sousa Dantas, como o primeiro embaixador brasileiro em Gana (Acra), em 1961. Isso reproduziu a imagem da série de juízos e a posição que enriqueceram o discurso culturalista, “mas também serviu para que o presidente daquele país africano, Kwame Nkrumah, ironicamente comentasse que a melhor prova da integração racial brasileira seria a indicação de um embaixador negro para países brancos” (SARAIVA, 1993, p. 6).

Outro aspecto muito importante dessa história da novidade da política externa do Brasil foi de caráter doméstico. A noção de que o Brasil possui uma “natural vocação africana” foi sem dúvida uma construção inicialmente feita para o consumo africano. Não obstante, também teve importância no ensaio de aproximação de presidente Quadros com as nações negras dentro Brasil. Foi primeiro e único chefe de Estado brasileiro que indicou um embaixador negro e foi também o primeiro a indicar um negro, o professor Milton Santos, da Universidade da Bahia, para exercício na Casa Civil da presidência da República, tendo sido um dos mais relevantes, no quadro nacional, na época do presidente Jânio Quadros (SARAIVA, 1993).

Acordos culturais foram assinados pelo chefe de Estado Quadros com Senegal, Nigéria e Gana e bolsas de estudo brasileiras foram atribuídas aos discentes africanos. O Brasil dentro da sua política cultural, apresenta-se aos países africanos como um exemplo de mudança de civilização tropical. Desejavam os articuladores da diplomacia mostrar para a África que o

país soubera defrontar o processo de industrialização e que poderia apoiar as comunidades africanas nas suas próprias lutas de desenvolvimento e de mudança cultural (SARAIVA, 1996, p. 91).

Grandes líderes políticos e intelectuais brasileiros, esperadamente acreditavam que estavam direcionados para influenciar os países africanos. Porém o segundo maior paradoxo enganoso era que o país continuava a viver uma séria falta de conhecimento da realidade africana do período, inclusive da história do continente, a partir do término definitivo do tráfico atlântico de escravos. “O verdadeiro ‘silêncio’ sobre os assuntos africanos, que a elite brasileira havia cultivado após o final da escravidão, persistia nas instituições de ensino superior e na educação em geral no Brasil” (SARAIVA, 1993, p. 8).

A tentativa do presidente Quadros de mudar esse assunto envolveu várias providências. Na ânsia de dar mais credibilidade à qualidade do discurso de aproximação com o continente africano, ele fundou o Instituto Brasileiro de Estudos Afro-asiáticos (IBEAA), que só se iniciou de fato em março de 1962. O instituto tinha como objetivo relacionar o Itamaraty à academia dentro de estudos e do seguimento político dos assuntos africanos e asiáticos. Estava a cargo do novo instituto a criação de projetos na área cultural, que seriam submetidos à aprovação do presidente, inclusive “aqueles que envolvessem o intercâmbio de estudantes e especialistas africanos e brasileiros” (SARAIVA, 1996, p. 94).

Segundo Saraiva (1993), o IBEAA foi grandemente criticado pelos adversários da nova política africana do Brasil. Justificava-se o fato pela presença muito maior de comunistas e pensadores esquerdistas. O Instituto era obviamente simpático aos novos presidentes africanos, apresentava uma política positiva de solidariedade e cooperação e teve como diretor alguém que colocava o Brasil como o maior país africano fora da África: Eduardo Portella. Também estavam presentes intelectuais como Cândido Mendes de Almeida e Maria Yedda Linhares. No fundo, o Instituto se tornou um lobby pró-África dentro do executivo e um difusor de informações favoráveis a uma diplomacia positiva para a África. “Tudo isso sem falar que sua produção intelectual estava permeada por todos os esquemas do discurso culturalista. O presidente Goulart tentou também criar um Centro de Estudos especialmente voltado para os assuntos africanos, o Centro de Estudos de Cultura Africana, mas não conseguiu dar a mesma relevância que o IBEAA teve” (SARAIVA, 1993, p. 9).

O primeiro fundador e diretor do CEAO foi o professor George Agostinho Baptista da Silva, um pensador humanista português que havia sido afastado da diplomacia colonial portuguesa na África no período de Salazar. Luso-brasileiro de nacionalidade portuguesa por gosto,

Agostinho da Silva, como era denominado, foi implementador do primeiro Centro de Estudo no Brasil, consagrado à área de conhecimento e promoção de intercâmbio com os países africanos e asiáticos. Ao redigir esta a carta, Bezerra de Menezes nos comunica as principais perspectivas e objetivos da nova instituição, a procura de uma harmonia com a diplomacia brasileira da época “e, mais ainda, a necessidade de repensar o lugar da África no Brasil nos finais dos anos 50” (REIS, 2010, p. 17).

O Centro de Estudos Afro-Orientais realizou formação sobre cultura africana para discentes e profissionais, estabeleceu relevantes relações com os pensadores africanos, enviou docentes “estudem e pesquisem na África. Vivaldo da Costa Lima, Paulo F. de Moraes Farias, Waldir de Freitas Oliveira, Yeda Pessoa de Castro, entre outros, fizeram parte da primeira geração brasileira de africanistas que saíram do CEAO” (SARAIVA, p. 9). O CEAO esteve positivamente ligado à política cultural do Itamaraty no continente africano. Tomou parte nas primeiras iniciativas de programas de discentes africanos no Brasil, que vinham de diferentes países da África, da Nigéria, Gana, Senegal, Cabo Verde, Camarões e Guiné-Bissau para cursar em universidades brasileiras.

Por outro lado, o Centro de Estudos e Cultura Africano da Universidade de São Paulo (USP), hoje denominado Centro de Estudos Africanos (CEA), fundado em 1963, e o Centro de Estudos Afro-Asiáticos (CEAA) no Rio de Janeiro, em 1973, foram organizados graças a esforços de Fernando Mourão e José Maria Nunes Pereira, dois brasileiros cujos interesses pelo continente africano tiveram como base seu conhecimento como discentes universitários em Portugal. “Eles se opunham ao colonialismo português e à ditadura de Salazar. Enquanto Agostinho da Silva seguiu um movimento espiritual chamado Sebastianismo, Mourão e Pereira passaram a ser inimigos seculares do colonialismo” (D’ÁVILA, 2011, p. 35) e se relacionavam com os movimentos de libertação da África do colonialismo português.

Após do golpe militar de 1964, houve um abandono do PEI e dos interesses diplomáticos pela África, com um realinhamento com os EUA, só na metade da década 70 o Brasil se interessaria novamente pela África. Segundo Visentini & Pereira, foi o ano de crise do petróleo, em 1973, começo da administração de Geisel (1974-1979), que apontava profundamente para a diplomacia com foco na África. Foram abertas seis embaixadas no continente africano e o Brasil foi o primeiro país a reconhecer o presidente do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), em novembro de 1975. Condenar totalmente a época dos racistas na Rodésia e no Sul da África caracterizou a diplomacia do “pragmatismo responsável” de Ernesto Geisel e do seu ministro Azeredo da Silveira, eivadas de um vigoroso discurso terceiro-mundista. “Ao mesmo tempo em que o Brasil exportava bens, consumo,

alimentos, automóveis e a construção de infraestrutura, importava crescentes quantidades de petróleo”. O empreendimento brasileiro Braspetro, subsidiária da Petrobrás, começou atividades técnicas no continente africano, “a Vale do Rio Doce desenvolvia projetos de mineração e as construtoras Mendes Jr. e Odebrecht construíam rodovias, pontes e barragens hidroelétricas. Figueiredo foi o primeiro presidente brasileiro a visitar oficialmente a África: Nigéria, Senegal, Guiné-Bissau, Cabo Verde e Argélia” (VISENTINI & PEREIRA, s.d., p. 3).

De acordo com Rosi (2010-2011), analisando-se a diplomacia africana dos presidentes militares, pode-se notar um salto suficientemente efetivo, principalmente nos dois últimos: “o número de embaixadas brasileiras no continente cresce de 12 (1974) para 21 (1986). O comércio bilateral cresce de US\$ 130 milhões (1970) para US\$ 3,3 bilhões (1985). Porém, como será visto, essa não foi a tendência dos anos seguintes” (ROSI, 2010-2011, p. 7).

Durante o mandato do presidente Sarney, apesar dos aumentos dos obstáculos da economia e de outros diversos, oriundos de problemas internacionais, conservava-se um alto perfil no assunto Brasil-África. O presidente visitou Cabo Verde, Angola e Moçambique, num período em que os países passavam momentos difíceis face às investidas da África de Sul e à guerra civil. “Em 1986, em plena era Reagan e no contexto de militarização do Atlântico Sul (Pós-Malvinas), logrou que a ONU aprovasse o estabelecimento da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZoPaCAS)”. Neste sentido, após dois anos, promoveu a primeira conferência do Atlântico Sul, que reuniu 19 países do continente africano, no Rio de Janeiro, em 1988. “A emancipação da Namíbia, a crítica ao apartheid e o apoio à paz em Angola (via retirada das forças sul-africanas e cubanas) eram pontos importantes dessa política, ao lado da busca do desenvolvimento” (VISENTINI & PEREIRA, s.d., p. 3).

Ao longo do governo de Itamar Franco (1992-1994), e, após, no governo Lula (2002-2010), definiu-se claramente uma visão de retomada da política africana. Foi lançada uma proposta do governo de fundação da CPLP, em 1993 e a insistência na fundação da Zona de Cooperação do Atlântico Sul, com relevantes relações com a África de Sul. Por outro lado, aproximação com os países em nível de desenvolvimento semelhante ao Brasil como China, Índia, Rússia e África do Sul, o que se transformaria em relações internacionais como IBAS e os BRICs. Foram selecionados alguns países-chave como prioritários e neles focalizados os limites dos empenhos. A nova África do Sul, Angola e Nigéria foram os principais objetivos da diplomacia brasileira, que procurava alcançar os vizinhos a partir deles. Ainda no mesmo ano, foi reativada a Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZoPaCas), em 1993, no ano seguinte, organizou um encontro de ministros das nações portuguesas, em Brasília. Mais relevante, foi a ajuda bilateral e multilateral através ONU ao processo de paz e a reconstrução

em alguns países da África, principalmente em Angola (VISENTINI, 2013, p. 92; ROSI, 2010-2011, p. 8).

A vocação retomada na diplomacia africana, não se manteve no governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). Na sua diplomacia externa de “autonomia pela integração ou institucionalização pragmática”, o presidente FHC voltou-se para as nações desenvolvidas (EUA e EU) ou para nações vizinhas da América do Sul. Em relação aos países do continente africano, houve uma decepção das esperanças ou perda de sedução (ROSI, 2010-2011, p. 8).

Durante o governo de FHC, o lugar da África nos assuntos internacionais do Brasil ficou vazio, “mas houve algumas iniciativas importantes e uma certa inflexão ao longo do segundo mandato, que viriam a ser qualitativamente aprofundadas pelo governo Lula”. No início de 1995, houve participação brasileira positiva nas missões de paz na Organizações das Nações Unidas (ONU) e também em outros países. FHC visitou Angola e o Sul do África, assinando acordos em diversos setores, em 1996 e o chefe de Estado da África do Sul, Nelson Mandela, visitou o Brasil em 1998. “A nova África do Sul emergia como parceria importante para o Brasil. No ano 2000 aquele país assinou um acordo Quadro com o Mercosul” (VISENTINI & PEREIRA, s.d., p. 4).

No começo de mandato do governo Lula, em 2003, o país deu uma nova dimensão à diplomacia brasileira, que veio a ser qualificada pelos cientistas políticos de “autonomia pela diversificação”, uma vez que o presidente procurou relações com os princípios e as ordens internacionais por meio de relação sul-sul, “tanto com os parceiros regionais, como com parceiros tradicionais (China, Ásia-Pacífico, Europa Oriental, Oriente Médio etc.). Os objetivos eram combinar a redução das assimetrias do sistema internacional, nas relações externas com países centrais, com aumento da capacidade negociadora em âmbito nacional” (ULLRICH, MARTINS, CARRION, 2013, p. 6).

De acordo Visentini (2013), no início de governo Lula, a política externa de Brasil com a África, deu atenção impressionante à África, reativando com energia os laços comum com o continente africano , o país passou a adotar uma política externa de promoção “ativa e afirmativa”. Um olhar estratégico e uma esperança, unidos, constituem as bases de novas ligações entre o Brasil e a África, tornando o objetivo principal a chamada cooperação sul-sul. “Relações bilaterais e multilaterais têm-se desenvolvido de maneira notável nas áreas do comércio e investimento (principalmente nos setores petrolíferos, de mineração e infraestrutura), saúde, ciência e tecnologia, diplomacia e, mesmo, segurança e defesa” (VISENTINI, 2013, p. 93).

Após três meses de governo foi lançado o Fórum de Dialogo Índia, Brasil e África do Sul conhecido como (IBAS ou G-3) uma ideia da África do Sul relativamente à cooperação sul-sul. No início de mandato, o chefe de Estado Lula realizou quatro visitas ao continente africano. Visitou São Tomé e Príncipe, Angola, Moçambique, Namíbia e África de Sul, em novembro de 2003; Gabão, Cabo Verde e novamente São Tomé e Príncipe, em abril de 2005; Guiné-Bissau, Senegal, Camarões, Gana e Nigéria, em fevereiro de 2006; “Argélia, Benim, Botswana e África do Sul. Dez novas embaixadas foram implantadas e o número de diplomatas no continente africano foi grandemente ampliado. Além de manter o apoio concreto aos processos de pacificação e reconstrução, perdoou a dívida de vários países para com o Brasil, concedeu créditos e assistência em várias áreas” (VISENTINI & PEREIRA, s.d., p. 4).

Os países como Índia Brasil e China, são potências novas da política exterior africana. O mecanismo oposto também, tem sido fortalecido, entre 2003- 2006 o número de mandatários da diplomacia africanas aceitados na capital, Brasília, passou de 16 para 25 (VISENTINI, 2013, p. 94).

Durante o mandato de governo de Lula, o esforço de aproximação com o continente africano alcançou incentivo, “não só pelo papel renovado no continente africano na política internacional, como a última linha da internacionalização econômica do capitalismo, mas também pela adoção de uma linha política externa que privilegia o multilateralismo com ênfase no hemisfério sul, como meio de inserção internacional”. Este fenômeno revelou-se de modo significativo na África Atlântica, “porção de continente africano com a qual tem uma proximidade geografia e fortes laços culturais” (VISENTINI, 2013, p. 121).

Este trabalho está dividido em dois capítulos. No primeiro capítulo, abordo o conceito e a política externa do Brasil e a cooperação sul-sul, focada no discurso culturalista de Quadros na sua Política Externa Independente a partir do CEAO, com a promoção de atividades que desencadearam um intercâmbio acadêmico entre a Bahia e nações do continente africano no começo de funcionamento, entre 1959 e 1960, até o Pragmatismo Responsável de Geisel, que viria a dar origem ao programa de Estudante de Convênio (PEC). No segundo capítulo apresento uma visão geral das políticas externas do Brasil durante o governo de Lula da Silva (2003-2010) e o papel da UNILAB a partir da cooperação sul-sul com os países africanos de expressão da língua portuguesa.

1 O Brasil e a cooperação sul-sul na segunda metade do século XX

A ideia da cooperação surgiu como um debate público a partir da segunda guerra mundial. Durante este conflito, alguns países na Europa saíram devastados com uma grande vulnerabilidade de apoio externo, o que condicionou possíveis apoios dos outros países nessa carência a fim de ajudarem os países que necessitavam. O primeiro começo dessa iniciativa era chamado de assistência, só depois, em 1959, foi mudado nome para cooperação. O conceito de cooperação internacional foi estabelecido legitimamente pela Assembleia das Organizações das Nações Unidas ONU em 1948 por meio da resolução nº 200. Inicialmente a expressão usada era “assistência técnica”, que aos menos foi substituída por “cooperação técnica” de acordo com a resolução nº 1.383 da Assembleia Geral da ONU em 1959. Essa mudança de expressão beneficiou o bom entendimento da ideia de parceria para o desenvolvimento em termos de igualdade, privilegiando a noção de interesses mútuos, tanto para os países doadores quanto para os países recebedores (MORAES&MATTOS, 2012, p. 1). As primeiras iniciativas de apoio aos países europeus que se tornaram deserto pela guerra já puderam ser vistas em 1944, especialmente a partir da Conferência de Bretton Woods, a qual foi de grande importância para a mudança da cooperação internacional, resultando no surgimento de novas políticas de promoção da própria cooperação. Atualmente a cooperação engloba diversos assuntos, “como a solidarização, troca de conhecimento, solução de impasse e o crescimento das nações, ela é um processo duradouro de trocas e retribuições, quando for orientado com clareza, deixando de lado as oportunidades individuais”. Ainda essa cooperação “não deve ser vista como um ato de caridade e gasto por parte dos doadores, ou seja, receber sem dar em troca como é percebido por alguns, mas sim ela deve ser compreendida como um investimento de interesses” (MANÉ, 2013, p. 32).

Os motivos que levaram os países instituir a cooperação internacional como um dos relevantes fundamentos da política externa são diferentes, mas elencou-se: “os fatores políticos, os econômicos, os sociais, os geoestratégicos, os ideológicos, os religiosos, os morais e os étnicos”. Durante a história, a relevância e a contribuição de cada um desses fatores sofreram mudanças, “todavia eles são determinantes na escolha dos países e dos setores beneficiários da cooperação internacional” (MORAES & MATTOS, 2012, p. 55).

A cooperação pode ser pensada como conjunto de trabalhos e relações existentes entre os países, a fim de adquirir os seus programas de intercâmbio de forma a ajudar para a promoção da vida e o futuro das nações. Dessa forma, as práticas de cooperação fundamentam-se

especialmente na cooperação vertical e horizontal, centralizada em várias esferas de acordo as suas possibilidades.

O direcionamento dessa cooperação para o desenvolvimento como exercício das relações internacionais foi uma ideia dos países maiores após o conflito. Essa cooperação sul-sul foi o mecanismo que os países em desenvolvimento viram para atingir o desenvolvimento autônomo. Este ato de cooperação foi se tornando cada vez mais importante para o crescimento, propiciando a aproximação e recuperação das relações igualitárias e visando a melhoria das condições de vida nos países com baixa renda.

A finalidade primordial de cooperação ao desenvolvimento deve ser a erradicação da pobreza, do desemprego e da exclusão social. Deve procurar o aumento permanente dos níveis de desenvolvimento político, social, econômico e cultural nos países do Sul. Além do mais, as atuações da cooperação ao desenvolvimento situam-se no quadro mais abrangente das relações internacionais, das quais, constituem âmbito específico, estando dirigidas, principalmente à melhora das condições de vida da população dos países com baixa renda (MANÉ, 2013, p. 33).

De acordo com Ullrich, Martins, Carrion (2013), para mudar essas possibilidades de sua inclusão internacional frente à divisão bipolar que impunha essa diferença entre desenvolvidos e países “em desenvolvimento”, seria necessário o afastamento do “atraso” e da pobreza em que esses países se encontravam. Desta maneira esses países contariam com uma “ajuda” determinada dos Estados do Norte para se afastar do estado de miséria que evidenciavam, desde que suas perspectivas fossem direcionadas para o modelo ocidental das comunidades capitalistas. Neste sentido, a ideia de “progresso” é vista como um processo de transformação, amadurecimento, onde a mudança passa a ser produzida de novo, não mais de forma obrigatória, colonial, mas como “ajuda para o desenvolvimento”.

A Carta das Nações Unidas assinada em São Francisco, a 26 de junho de 1945 “não deve fazer esquecer que estamos em presença de um mundo arruinado, com uma Europa particularmente dividida com tensões e rivalidades de todas as extremidades e ideologias que se opõem cada vez mais”. As grandes forças que deixaram a primeira guerra mundial e a segunda, a URSS e os Estados Unidos “parecem interessar-se fundamentalmente na reconstrução europeia. A África é ainda vista como as traseiras das potências coloniais europeias” (LOPES, 1997, p. 85).

Segundo Leite (2011), a Carta aceitava a expectativa de uma modificação verdadeira nas relações internacionais. Ao se manifestar sobre o desempenho dos países do Terceiro Mundo, indicava que esses países se direcionavam menos por considerações de nível econômico do que estrutural. Reconheceu que, malgrado a origem das grandes distinções entre os países do Sul, seus trabalhos eram limitados pela carência e fraqueza da política interna e externa. No plano doméstico, menos qualidade, flexibilidade e diferença em relação ao investimento limitaria a qualidade dos países do Sul de segurar-se frente aos confrontos externos e diminuiria as prioridades para os países em desenvolvimento inseridos no contexto internacional.

A carência da política dos países do Terceiro Mundo não se exprime apenas por fatores da lei doméstica. Mais especificamente, a distribuição de poder contribuiu também para sua carência, modificando sua conduta. Visto que os investimentos econômicos e militares afetam menos o comportamento dos atores da política do Norte ou a origem das sistemas políticos internacionais, a qualidade dos grandes Estados do Terceiro Mundo resulta limitada. Em consequência da ausência de riqueza e de poder político, os Estados dos países do Sul são obrigados a se submeter a forças externas, contra as quais eles não podem promover ações unilaterais. Os países do Terceiro Mundo praticam menos um sistema de controle relativamente aos fluxos internacionais e dispõem de qualidade limitada para examinar atentamente e se igualarem às mudanças, o que não é fácil e tem custos relativos elevados.

Depois da segunda guerra mundial, evidenciaram-se conflitos da guerra fria formulada nos encontros organizados entre Estados Unidos e União Soviética onde transpareciam separações óbvias entre as superpotências. Por sua parte, os norte-americanos negavam qualquer interferência socialista sobre sua área de atuação, enquanto o socialismo soviético, procurava ampliar o número de países com projetos socialistas. O cenário era de um mundo bipolar, onde as superpotências lideravam, países capitaneados pelos Estados Unidos e países liderados pela União Soviética.

Numa época distante aproximadamente cinco décadas dos conflitos, surgiram arsenais bélicos e nucleares pondo em risco a vida da população mundial, numa disputa Leste-Oeste. Acreditava-se que a guerra fria serviu de alicerce ao discurso feito pelo presidente Harry Truman dos Estados Unidos ao congresso americano em 1947, no qual deixava óbvia a intenção dos Estados Unidos de auxiliar financeiramente os países dirigidos por regimes socialistas, de forma a impedir o desenvolvimento da União Soviética.

Com isso os Estados Unidos optaram pelo plano de recuperação econômica e investimento nos países enfraquecidos devido a conflitos em seus territórios (Europa Ocidental), recuando das intervenções da União Soviética nesse território, cenário conhecido como plano Marshall.

A Doutrina Truman pode ser considerada como a oficialização da Guerra Fria. Dentre seus desdobramentos para evitar a disseminação do socialismo, buscando derrubar a “origem de mal” (teoria de dominó) esta criação de Plano Marshall (1947), que tinha por meta a ajuda econômica e financeira para a rápida reconstrução e recuperação da economia europeia. A Iugoslávia, apesar de socialista, aceitou ajuda do Plano Marshall pelas posturas militares do general Broz Tito. Em 1949, complementar ao primeiro plano, foi criado outro de caráter militar que promovia uma aliança de países de mesmo bloco econômico conhecido como a organização do Tratado do Atlântico de Norte (OTAN), composta por países da Europa Ocidental, Estados Unidos e Canadá, consistindo na construção de bases militares e no fortalecimento político-militar da Europa capitalista. Os Estados Unidos, assim, se colocavam como baluarte da luta contra a propagação do bloco comunista no mundo (BARRETO, s.d., p. 2).

De acordo com Lopes (1997), cada potência garante para si própria uma área de intervenção geoestratégica e política na Europa, recordando que o conflito da guerra fria segurou essa divisão entre a Europa Ocidental e Oriental, com sistema políticos muito distintos. Os Estados Unidos decidiram, depois de regime político hitleriano, lançar um programa de apoio à Europa ocidental, na enorme escala do famoso plano Marshall. Convém lembrar que este plano estava focado sobre um certo número de beneficiários:

Ajudar a reconstrução de uma Europa que deve resistir ao comunismo; Demonstrar a generosidade instintiva do americano; Renovar sociedades modernas, altamente produtivas, com recursos humanos bem qualificados, temporariamente danificados pela guerra; Posicionar os Estados Unidos como líder incontestável de economia mundial (LOPES, 1997, p. 86).

Com a investidura do presidente que ganhou as eleições nos Estados Unidos em 1949, Harry Truman, colocou-se um espaço de debates frente ao novo modelo de ligações entre os países desenvolvidos do Norte, e os do Sul, países considerados subdesenvolvidos. Segundo Lopes (1997) este discurso de Harry Truman, confirmou um dos argumentos mais utilizados por Truman, o do interesse de tal assistência para os países mais ricos.

Ao longo de toda esta época, o regime socialista viveu uma fase de desenvolvimento intensificado a partir de 1947, com revoluções, trabalhos e intervenção direta da URSS em diversos países, como a China, o que resultou na sua grande revolução dois anos depois, em 1949. Neste contexto, a Europa Oriental de ser capitalista, capitaneada pelos Estados Unidos. A intervenção da URSS, no entanto, não se limitou à Europa: “brados revolucionários varreram a América central com a revolução cubana 1959 e a Ásia com a guerra da Coreia (1950-53) e a guerra de Vietnã (1960-1970). Além dessas fronteiras, a África também foi alvo, após o processo de descolonização, iniciado na década de 50, de muitos governos socialistas, como foi o caso de Moçambique e Angola (BARRETO, s.d., p. 1). Além de divisão da Europa Ocidental e Oriental, outras áreas de conflito envolveram disputas, como a que ensejou a criação de muro de Berlim.

Surgiu a ideia da cooperação sul-sul durante os anos 50. Traçou-se uma grande aproximação com os países recém-independentes no continente asiático, instruída pela negociação chinesa e sua formação com a Índia na Conferência de Genebra, no final dos conflitos da Coreia e da Indochina, entre 26 de abril e 26 de julho de 1954 e culminou com a visita do primeiro ministro chinês Chou En Lai à Índia e a assinatura de cooperação fundamentada nas cinco razões de coexistência pacífica que direcionaram a resolução do contencioso sino-indiano no Tibete em abril. Integrando, a Conferência de Colombo, que agrupou cinco representantes de chefes de governos do Ceilão, Burma, Índia, Paquistão e Indonésia de meados de abril a maio do mesmo ano, a Conferência de Bogor, que reuniu os representantes destes países em dezembro do mesmo ano. “Tais eventos traduziam o reconhecimento de interesses e problemas comuns a esses países e a necessidade de concertação política entre eles para a sua resolução, num processo que culmina na Conferência de Bandung, em abril de 1955” (LEITE, 2011, p. 56).

Segundo Edmondson (2010), duas considerações políticas nos vêm rapidamente à mente. A primeira tem a ver com a coincidência do movimento de descolonização na África, um novo período de outro nível, alcançado com a independência de Gana, em 1957, primeira conquista, na África desta ordem de valor e com o avanço do movimento terceiro-mundista, surgido por ocasião da Conferência Afro-asiática, organizada em Bandung (Indonésia), em abril de 1955 denominada “Conferência de Bandung”. A segunda consideração tem a ver com a consequência do processo de descolonização, a importância de diversos Estados africanos vindos à cena, imprimindo nos empreendimentos do Terceiro Mundo e em outras empresas internacionais, uma alta presença do continente africano, dando alçada mundial às preocupações africanas e às instituições de perfil terceiro-mundista..

Os assuntos das regiões periféricas, ventilados na Conferência de Bandung em 1955, trouxeram inspiração para os nacionalismos independentistas dos continentes africanos e asiáticos. As guerras pelas independência política dos povos colonizados tinham se verificado em alguns lugares como uma dura experiência externa para países à procura de certa liberdade, com suas forças, entre as super forças. Todavia, o arrefecimento da guerra fria trouxe a expectativa de um novo plano para ligações externas que não fossem Leste-Oeste.

No começo de século XX quase toda África estava sob dominação colonial. Havia só dois países independentes de fato (Libéria e Etiópia e mais três independentes apenas no papel (Egito, Marrocos e África do Sul). A função da política internacional a respeito da posição geográfica da África, representou a melhor base para o começo de um movimento em prol das ligações de africanos com os países em desenvolvimento, uma vez que esta urgência do movimento terceiro-mundista já tinha sido determinada pelo trabalho passado de conjuntos e de forças na conferência de Bandung em 1955. Deste modo, segundo Edmondson (2010), a ameaça do comunismo, no que tange ao imperialismo ocidental, levou os países à união para fortificar e preservar a sua independência, na qualidade de povos livres, pois a conferência falou de esperança e benefícios já em breve, contrastando com as centenas de anos de colonialismo sofrido pelas nações da Ásia e África.

O espírito de Bandung, mais relevante expressão do afro-asianismo, deu naquele período um novo progresso a outras iniciativas paralelas, como o grupo afro-asiático nas Nações Unidas, motivando a formação de outros movimentos como a Organização de Solidariedade dos povos Afro-asiáticos. Este grupo asiático e africano foi criado, ao longo da crise da Coreia, na Assembleia Geral da ONU em dezembro de 1950. Logo depois, com a Conferência de Bandung e a crise de Suez no Oriente médio, onde a Inglaterra, a França e Israel invadiram o canal de Suez, recém-nacionalizado pelo chefe de Estado Gamal Abdel Nasser, o movimento conquistou unidade e permanência suficientes ao ponto de ser reconhecido mais formalmente. O grupo asiático-africano chamado de afro-asiático, substituiu o nome por outro que “denotava a influência crescente da África em seu interior”, em 1960.

Segundo Leite (2011), este espírito iria ultrapassar o contexto afro-asiático e os assuntos eminentemente políticos. O ator coletivo enfatizou a ideia de cooperação sul-sul de abril de 1955, que suportaria as mudanças quantitativas e qualitativas no curso dos períodos anteriores, ao integrar grande quantidade de países, não somente afro-asiáticos, mas também latino-americanos, ao aceitar uma agenda econômica cada vez mais acentuada e complexa. À medida em que as concretizações de independência política se espalhavam, incluindo a Ásia e a África, demonstrando o final de colonialismo, tudo se tornava muito importante. Os jovens

entendiam que o final do jugo colonial não rasgava laços da independência, mas insistiam na dependência econômica positiva, expressão da condição dos países subdesenvolvidos e este cenário foi compartilhado pelos países da América Latina. Os países das três regiões sul passaram a esquematizar-se e unir-se em torno do sistema de desenvolvimento econômico, considerado urgente. A ideia não significa tirar a importância da questão política, da ideia de cooperação sul-sul. Esta conservou-se importante, guiada pelas noções de autonomia e independência em relação à concorrência bipolar, direito de autodeterminação das nações, comprometida com a soberania e a integridade territorial dos países, não intervenção nos assuntos internos de outros países, desarmamento do colonialismo, procura da paz e da segurança internacionais, existência da tranquilidade entre os países, condenação da autonomia total e absoluta quanto aos direitos humanos e ao direito internacional público. O acordo mostra a guia da primeira Conferência de presidentes de Estados ou de presidentes dos Países Não Alinhados em Belgrado, em 1961, que fundou o Movimento de Países Não Alinhados, composto por 23 países afro-asiáticos, um país de América Latina, no caso, Cuba e um da Europa, no caso, a Iugoslávia. Resultou na questão do respeito ao desenvolvimento econômico, conquistou a relevância e complexidade de desenvolvimentos e passou, em grande medida, a motivar os trabalhos coordenados das nações do Sul em diferentes esferas, a partir do final dos anos 50.

De acordo com Figueiredo (2012), a declaração final da conferência fortificava algumas razões quanto às relações internacionais já fixadas na Carta das Nações Unidas, a referência clara a este documento na sua primeira decisão, que resultou em operações estratégicas para submeter as forças coloniais visando o cumprimento das leis universais que haviam sido fixadas. O desarmamento de qualquer tipo de colonialismo, a recusa da aproximação automática relacionada às superpotências, a integridade, o não à ingerência estrangeira e a comunicação formal de fim de acordo das alianças militares da guerra fria, totalizavam o modelo internacional justificado em Bandung. O conjunto das decisões se formalizava num modelo de atuação para que remas colônias da Ásia e da África passassem a aceitar o padrão disposto. O empenho incondicional da Organização das Nações Unidas (ONU) como mecanismo formal para decisão de concorrências interestatais e a criação do bloco afro-asiático na Assembleia Geral do órgão, foram unidos ao referido assunto em pauta e à situação de territórios sob controle colonial.

A origem do movimento e a estratégia da direção do movimento, foram excessivamente influenciadas durante duas décadas da sua existência, pelas situações e pelo pensamento africano da época. Portanto, segundo Locksley (2010), a resposta à brutalidade do Estado,

bem como à manutenção da ordem civil no Congo, com seu desenvolvimento violento, à luta pela independência na Argélia, à violência do apartheid praticado pelo regime sul-africano durante o massacre de Sharpeville, a toda esta situação social africana, esta resposta, foi a razão principal para que a colaboração dos países Não Alinhados se afirmasse fortemente no tocante aos problemas da África na década 1960.

As nações africanas reuniram-se varias vezes nesta época e organizaram a primeira Conferência de Solidariedade Afro-Asiática, com a criação do Conselho Permanente, em 1957. Após a primeira Conferência dos Estados Independentes da África, no mês de Abril de 1958, no mesmo ano, em dezembro, foi articulada uma plataforma a partir da Organização da Unidade Africana (OUA) durante a Conferência dos africanos e que foi fundada em 1963. O cenário desta nova época para continente africano foi a conquista da independência em Gana, primeiro país da África negra a se tornar independente em 1957, fato que levou à constituição de novos Estados no continente africanos até o ano de 1960.

Segundo Asante & Chanaiwa (2010), no período, era certamente Nkrumah a pessoa que articulava o mecanismo. A sua primeira ideia foi a criação da União Gana - Guiné em 1958 e a União Gana Guiné - Mali, primeira fase rumo à “União dos Estados Africanos”. A segunda fase foi a realização da Conferência dos Estados Independentes, sediada em Gana, na cidade de Acra, em abril de 1958, depois de um ano da concessão de independência a Gana. Todos os Estados independentes da África então, participaram: Etiópia, Egito, Libéria, Marrocos, Gana, Líbia, Tunísia e o Sudão. Foi substituída pela Conferência dos povos africanos, realizada em Acra, em 1958, em seguida, foi a realização da cúpula Guiné-Libéria em Sanniquellie, em julho de 1959, no mesmo ano, foi a segunda Conferência dos Estados Africanos Independentes, na cidade de Monróvia, em agosto de mesmo ano e a terceira foi organizada em Adis Abeba, no ano de 1960. Todas estas conferências convocadas postulavam, entre outras coisas, a constituição de um amplo mercado comum em linha continental.

Os líderes africanos iniciavam, portanto, a localizar diferentes campos, no âmbito da questão do futuro da extensão integracionista do movimento pan— africano. Em 1961, países como Guiné, Gana, Mali, Egito, Marrocos, Líbia e o presidente argelino, formaram o Grupo de Casablanca, enquanto outras ex-colônias francesas, seguidas da Nigéria, Libéria, Etiópia e Serra Leoa, criaram o Grupo de Monróvia. De forma geral, o Grupo de Casablanca priorizava uma autêntica coesão política sugerida pelos Estados Unidos da África, aclamada por Nkrumah. Reunia todos os líderes africanos militantes do pan- africanismo, do socialismo e da não aproximação, voltada para uma projeção e um enfoque do desenvolvimento econômico,

de modo a defender e garantir a segurança na região continental, além de defender novas relações em virtude da cultura africana.

O Grupo de Monróvia, priorizava uma confederação “maleável” de países africanos, independentes e soberanos, que possibilitasse uma participação e uma assinatura de acordos de cooperação voluntários quanto a intercâmbios culturais e interação econômica. Os militantes eram “ particularmente inflexíveis no tocante ao respeito pela soberania e a integridade territorial de cada Estado, desconfiando das ambições de certos Estados do Grupo de Casablanca e antevendo uma possível ingerência em seus assuntos internos” (ASANTE & CHANAIWA, 2010, p. 877).

O legado da Conferencia de Chefes de Estado pode ser avaliado pela proliferação posterior de conferência que reuniam antigas colônias de diferentes continentes, ainda que nenhuma delas tem sido, oficialmente, uma continuação da primeira. Na verdade, o “espírito de Bandung” e seu enorme prestígio foram apropriados por forças significativamente mais à esquerda, e dedicadas a um anticolonialismo muito mais militante. Um exemplo é o percurso que vai da Conferência de Solidariedade dos Povos Afro-Asiáticos, no Cairo, em 1957— que criou a Afro-Aseam People’s Solidarity Organisation (Associação de Solidariedade dos Povos Afro-Asiáticos, AAPSO) – à Conferência de Solidariedade aos Povos da África, Ásia e América Latina, em Havana, em 1966, mais conhecida com a Conferência Tricontinental – em que foi fundada a Organizaciójn de Solidariedad com lo Pueblos de Africa, Ásia y Latinoamérica (Organização de Solidariedade com os Povos da África, Ásia e América Latina, OSPAAL). No âmbito estritamente africano, cabe destacar a aproximação entre o impulso pan-africano legado pelo Congresso de Manchester, em 1945, e o “espírito de Bandung”, o que tomou corpo nas três edições da Conferência dos Povos Africanos (em 1958 em Acra, em 1960 em Túnis, e em 1961 no Cairo), a qual reunia governos independentes e movimentos de libertação do continente. Por outro via, Bandung desembocou também na constituição do Movimento dos Países Não Alinhados (MNA), cuja primeira reunião de cúpula ocorreu em Belgrado. É significativo que três reuniões de cúpula subsequentes tenha sido realizadas na África (em 1964 no Cairo, em 1970 em Lusaka, e em 1973 em Argel) (FIGUEIREDO, 2012, p. 101).

De acordo com Leite (2011), a posição brasileira em relação aos dois presidentes Jânio Quadros e João Goulart com respeito ao Movimento dos Não Alinhados pode ser entendida

nos âmbitos de uma política independente, que atua conforme interesses brasileiros, sem transtorno das obrigações americanas e ocidentais. Por um lado, as propostas do Movimento Não Alinhados (MNA), se manifestavam na procura de uma política autônoma criada na coexistência pacífica e não na coligação e na ajuda aos movimentos de libertação nacional, por outro lado, o esforço brasileiro achava seus limites no assunto interamericano e também nas relações com os EUA. As normas de impedimento de qualquer aliança militar, comum nos assuntos das guerras entre as superpotências e a rejeição de qualquer alinhamento de aliança bilateral com uma potência maior, assinadas nas decisões da Conferência de Belgrado em 1961, como indicadores dos países não alinhados, para os brasileiros não poderiam ser aplicadas, tendo em conta a aderência dos países ao Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR) e a conservação do funcionamento de laços com o bloco ocidental, que implicavam numa manutenção significativa da democracia.

Além da abstenção de origem, parecia um risco a inclusão no bloco neutralista, porque, do ponto de vista dos articuladores e detentores da política internacional, o país devia realizar um trabalho livre, que tivesse autonomia de movimento na diplomacia internacional e que não fosse agarrado às decisões de um bloco de países, cujo desenvolvimento histórico, cultural e político se distinguia naturalmente do nosso. O Brasil teria obrigação de ajudar o Movimento Não Alinhado (MNA), devido à grande dimensão de interesses, sem se integrar na posição neutralista.

Nesse contexto, o Brasil mandou como observador o embaixador Araújo Castro, na reunião preparatória de primeira Conferência do Movimento Não Alinhado, em junho de 1961, no Cairo. Em setembro, o Brasil enviou Afonso Arinos como observador para representar o país no mesmo mês em 1963, o Brasil recebeu visita de Josip Tito chefe de Estado de república da Iugoslávia, período em que foi fundada a Comissão Mista Permanente para aumentar o desenvolvimento do intercâmbio comercial e a assinatura do acordo econômica. “Em entrevista coletiva concedida à imprensa, destacou-se a importância da coexistência pacífica e do Tratado de Moscou de procriação parcial das experiências nucleares” (LEITE, 2011, p. 108).

A razões da bipolaridade da época da guerra fria abriam lugar para a diplomacia internacional dos países que não queriam união com os blocos militares e que avaliavam a importância de apoiar a paz e partir para uma nova reflexão acerca das nações no plano internacional. Nesse lugar, “ampliado pelo degelo nas relações americano-soviéticas, que o Brasil procurava agir, guardando o máximo possível de sua liberdade de movimento e não integrando, por isso mesmo, o bloco não-alinhado em formação.” (COSTA, 2008, p. 13).

Os “americanistas” defendiam a tradicional ideia pan-americana da relação especial das nações americanas, voltadas para a solidariedade continental (LEITE, 2011, p. 80) e ainda este pensamento pan-americano, baseado num acordo de ligação entre o Brasil e os EUA. Nos anos 30, a ligação específica com os Estados Unidos da América foi solicitada de modo próprio, como ato de “promoção do desenvolvimento econômico dos países rumo à industrialização”. Portanto, a partir daí:

Aproximação do EUA passou a ser advogada tanto por motivos econômicos e políticos, os EUA eram vistos como principal parceiro comercial e fonte de financiamento e supunha-se que uma aliança com aquela potência a levaria a reconhecer o papel estratégico do Brasil no hemisfério como por motivos de segurança, em que a assistência militar estadunidense era julgada essencial para que os países se convertessem num dos bastiões de defesa contra o comunismo (LEITE, 2011, p. 81)

Enquanto os nacional-desenvolvimentistas, segundo o autor, “defendiam o exercício de uma política externa universalista, que transcendesse o continente americano”. E confirmou que, a participação das decisões do governo no projeto de desenvolvimento nacional acarretava a mobilização de interesses maiores, contava com a ajuda de setores empresariais, da classe média urbana e das associações de trabalhadores. Essa política externa independente recuperava, com certeza, pontos sólidos, “pan-americana, agora numa conjuntura mais favorável”. Procurava conseguir uma postura de “ maior autonomia diplomática, ampliando sua atuação do subsistema regional para o sistema mundial, através da exploração das possibilidades oferecidas pelo novo contexto internacional” (COSTA, 2008, p. 20).

Costa (2007) confirmou que para o reatamento das relações diplomáticas com a Romênia e a Hungria e o reatamento das relações com a Bulgária, em 21 de março do mesmo ano de 1961, “foram trocadas entre a embaixada do Brasil em Washington e as embaixadas da Hungria, Romênia e Bulgária notas para restabelecimento de relações diplomáticas com aqueles dois primeiros países”. E como também, o reatamento das relações com a Bulgária deu-se na “troca de missões diplomáticas na categoria de legação” (COSTA, 2007, p. 63).

Segundo Costa (2008), o ministro Aloysio Régis Bittencourt, secretário-geral para os Assuntos da Europa Oriental e da Ásia, em entrevista coletiva acerca do intercâmbio do comércio com países socialistas, em 11 de Outubro de 1962, comunicou “a resolução do conselho dos Ministros”, que homologou razões e causas dos representantes da política externa formulando o “Grupo de Coordenação”, com representantes de órgãos

governamentais e associações de classe, para as competentes medidas que incrementam o intercâmbio do Brasil com os países socialistas” (COSTA, 2008, p. 43).

A nova orientação da diplomacia brasileira “não significaria a exclusão do tradicional alinhamento com os Estados Unidos” (SARAIVA 2011). Mas o começo da diplomacia estável de ligações com a política internacional e com a União Soviética “e abertura política para o Leste Europeu — já haviam sido apresentadas como itens da campanha eleitoral de Quadros em 1960, não hostilizavam ideologicamente os Estados Unidos”. Procurava-se, na verdade, “certos graus de autonomia para a política exterior, numa estratégia pragmática para garantir a expansão capitalista coordenada pelo Estado”. (p. 61). E ainda, no período do mandato de Quadros, foi afirmado que “a defesa do regime democrático e a adoção de política de estabilização macroeconômica conquistavam apoio dos EUA e dos principais organismos financeiros internacionais, assegurando divisas necessárias a industrializações dos pais”. O Brasil assinou parceria de “stand-by com o FMI no valor de US\$200 milhões, renegociou a dívida com os EUA, obtendo créditos do tesouro estadunidense e assinou com a Europa Ocidental acordos de consolidação de compromissos comerciais no médio prazo”. E foi oferecido ao Banco de Brasil crédito no valor de US\$100 milhões no stand-by, “e aprovação de novas linhas de financiamento para projetos de desenvolvimento” (LEITE, 2011, p. 85).

No Brasil, iniciou-se a política externa independente nos dois governos, de Jânio Quadros e João Goulart de 1961 a 1964. No governo de Ernesto Geisel, de 1974 a 1979, a política externa independente foi retomada e denominada “pragmatismo responsável ecumênico”. Criava-se uma política externa independente nova. Essa política “nasceu de um contexto de redefinições não só da configuração do poder mundial, mas, sobretudo, das percepções internacionais do Brasil, em que se vislumbravam novas possibilidades de cursos de ação a serem adotados pelo país” (LEITE, 2011, p. 79).

No período de governo Jânio Quadros e João Goulart (1961-1964), segundo Saraiva (1999, p. 59), “a política externa independente, iniciada pelo presidente Jânio Quadros no seu governo relâmpago (de 1 de janeiro a 25 de agosto) e desenvolvida pelo seu sucessor Goulart (até março de 1964)” foi criada em um momento patético da diplomacia brasileira, em circunstâncias críticas, pois os novos pensamentos acerca da inclusão internacional, conduziam as elites governamentais a novas experiências de um novo exame do vínculo exclusivo com o ocidente. A adoção da política africana pelo Brasil, cujas raízes já tinham sido semeadas no fim da época passada, foi um caso impressionante de integração brasileira no cenário da política externa. De acordo com o ministro das Relações Exteriores sob a presidência João Goulart, San Tiago Dantas, “a nossa política voltou-se para a América

Latina, em primeiro lugar, e, seguida, para os países socialistas, sem desprezo das possibilidades de incrementação de comércio com os Estados Unidos e com a Europa Ocidental” (DANTAS, 2011, p. 15).

1.1 A PEI no quadro mundial e na África

A Política Externa Independente (PEI) para com o continente africano é um dívida entendida como um espaço comum “nacional-desenvolvimentista, que aspirava à mundialização, com objetivos de maior projeção política internacional e de ampliação de mercado”. A força das ligações entre Brasil o continente africano refletiam a angústia que representantes de Estados inteligentes, entre os quais, o Brasil tinham em relação a uma cultura remotamente oriunda da África, aflorando modernamente como uma tendência para a África, “e por seus desequilíbrios estruturais internos e externos, deveriam unir-se às novas nações do continente africano, a fim de formar frente unida de países periféricos em prol de uma plataforma internacional do desenvolvimento” (LEITE, 2011, p. 98).

Neste processo, o Brasil continua a conservar uma ligação remota intensa com a África, através do tráfico de escravos, que colocou o país como uma “segunda nação africana”. Mais tarde a ligação veio a terminar a partir do final do tráfico, com a execução de um modo de administração colonial dos africanos pelos europeus “a partir de 1538, foi um período forte de escravatura e se estendeu até 1850, grande número de africanos foram trazidos escravos para o Brasil. Em 1823 o Rei de Benin foi o primeiro a reconhecer a independência do Brasil em 1822” (VISENTINI, 2013, p. 81).

Durante a colônia e a maior parte do império, milhões de africanos foram trazidos como escravos para o Brasil, fazendo com que a europeização das novas terras fosse acompanhada por sua africanização. A historiografia destaca a contribuição africana para a formação da sociedade brasileira na cultura, arte e religiosidade, além dos aspectos raciais. Mas africanos também trouxeram técnicas que impulsionaram a agricultura, a pecuária e o combate às enfermidades, pois os conhecimentos portugueses eram inadequados para o desenvolvimento do mundo tropical. A fundição de metais e a produção de utensílios, bem como a introdução de determinados padrões de comportamento político e de organização social também foram contribuições africanas importantes” (VISENTINI, 2013, p. 81)

“A pressão inglesa pelo fim do tráfico era cada vez maior e a promulgação do Bill Aberdeen (1845), lei que permitia apresar qualquer navio que transportava escravos, gerou o aumento desmedido do tráfico clandestino” (VISENTINI, 2013). Os responsáveis pelos escravos brasileiros procuravam aumentar o número de escravos antes de que fosse abolido definitivamente o tráfico e fazê-los transportar sem contrair dívida e perder o capital. “O estado reagiu promulgando a Lei Eusébio de Queirós em 1850, que pôs fim ao tráfico. Porém, isso foi acompanhado da mentalidade de criação de uma sociedade “branca e ocidental”, com a ideologia do “branqueamento”, com a imigração de trabalhadores europeus”. E por outro lado, este processo de finalização do tráfico de escravo chocou-se com o começo da ampliação de “colonialização europeia” na África, a qual gerou o retrocesso das relações e afastamento entre África e o Brasil” (VISENTINI, 2013, p. 82).

No caso do Brasil, o processo não foi distinto: temos uma já longa tradição de pensamento que procura dar conta da nossa realidade cultural e social. Fundada já nos tempos coloniais, tal tradição se firma como necessário momento em que o país assume a condição de entidade política independente: aos debates sobre sua viabilidade política, sobrepõem-se aqueles que questionam as possibilidades de construção de uma verdadeira nação (THOMAZ, 2002, p. 40).

A influência da cultura dos africanos no Brasil, foi algo relevante para a criação da diplomacia africana do Brasil (SARAIVA, 1996). “O presidente Quadros falou em “ponte”, “identidade cultural” e insistiu que o Brasil era o produto histórico de duas heranças, uma ocidental e uma outra africana” (SARAIVA, 1996, p. 89).

A identidade do Brasil com África era apresentada como condição suficiente para uma nova relação especial entre dois lados do Atlântico Sul. Essas características imaginárias na aproximação brasileira com a África nos governos Jânio Quadros e João Goulart foram definitivos para a compreensão das ações diplomáticas produzidas naquele continente (SARAIVA, 1996, p. 89).

Defrontamo-nos com uma cultura de aquisição de estado social de desenvolvimento, na época de 1920 a 1940, “com o fortalecimento de gerações de imigrantes e a afirmação de correntes culturais que pregavam uma revisão da tradicional relação do Brasil com centros metropolitanos de produção cultural”. Os intelectuais e artistas também, “propunham-se a

revisitar o Brasil com outros olhos, buscando não apenas aquilo que se considerava a nossa carência, mas apontando para a nossa especificidade” (THOMAZ, 2002, p. 47).

No começo da diplomacia africana, formulou-se a divisão da África, decretada em 1961, ficando o Ministério das Relações Exteriores responsável especialmente pelos assuntos das relações do Brasil com a África, o que sintetiza a postura brasileira acerca da África.

Em 1961, no mês de março, em resposta à primeira orientação do presidente com o seu ministro Arinos, um grupo de trabalho relacionado à África foi instituído no Itamaraty com a perspectiva de analisar a prioridade das implementações diplomáticas brasileiras nos novos países da África e explorar padrões certos para o desenvolvimento das relações políticas, comerciais e culturais acerca do Brasil e da África. Com fundamento no relatório do grupo, foram abertas as seguintes embaixadas: “Dakar (Senegal), Abidjan (Costa do Marfim), Lagos (Nigéria), Adis Abeba (Etiópia) e Acra (Gana) e consulados em Luanda (Angola), Lourenço Marques (Moçambique), Nairobi (Quênia), Salisbury (Rodésia do Sul) e Leopoldville (Congo)”. Similarmente, Gana e Senegal construíram embaixadas em Brasília, em 1962, foram as primeiras embaixadas africanas na América latina (LEITE, 2011, p. 99)

No mesmo ano, do mês de abril, o chefe de estado brasileiro, Jânio Quadros, promulgou um decreto relativo à criação do Instituto Brasileiro de Estudos Afro-Asiáticos (IBEAA), que tem como objetivo de trazer discentes africanos com bolsas de estudos do ensino médio e superior para as universidades brasileiras e também, o intercâmbio com docentes.), que só se iniciou de fato em março de 1962. Este instituto tinha uma ligação com o Itamaraty, por meios de estudos e do seguimento político dos assuntos africanos e asiáticos, que seriam submetidos à aprovação do governo, exclusivamente aqueles que estavam dentro do processo de intercâmbio de estudantes brasileiros e africanos. Para tanto, quando da exposição do chefe de Estado em público, era focalizada a identidade cultural comum a esses povos. Essas imagens tornavam-se mais sólidas, explicitando a comunhão e matriz, na sociedade brasileira, da remota herança da cultura dos africanos. Iniciativas como a criação do IBEAA refletiram no discurso culturalista, que culminou com a nomeação do escritor Raymundo do Souza Dantas, negro, como representante diplomático em Acra.

Acordos culturais foram propostos pelo presidente Quadros para o Senegal, Gana e Nigéria, e bolsas de estudo brasileiras foram oferecidas a estudantes africanos. O Brasil, por meio dessa política cultural, apresentava-se ao mundo africano como um exemplo de moderna civilização tropical. Pretendiam os formuladores da política exterior mostrar para a África que o

Brasil soube enfrentar o processo de industrialização e que poderia ajudar as nações africanas em seus próprios desafios de desenvolvimento e de transformação cultural (SARAIVA, 1996, p. 91).

Portanto, esta iniciativa do interesse de intercâmbio acadêmico, manifestara-se desde o mandato de Kubitschek e foi confirmada com a fundação do (CEAO) Centro de Estudos Afro-Orientais em 1959, na Universidade Federal de Bahia, que não tinha relação próxima com o Ministério de Relações Exteriores, mas tinha sido auxiliado com um financiamento do Itamaraty na época dos mandatos dos dois chefes de Estado, Quadros e Goulart. Segundo (REIS, 2010), esta iniciativa tinha dois objetivos fundamentais em relação a este Centro direcionado a “Estudos africanos e orientais”. O primeiro seria a divulgação entre nós dos conhecimentos das culturas africanas e orientais, com o possível ensino de suas línguas e a organização de serviços de biblioteca, museu, discoteca etc. O segundo objetivo seria “levar a presença do Brasil para aquelas áreas, não restritas aos territórios de língua portuguesa, incluindo ‘países sudaneses’ e ‘extremo-orientais’ por meio dos centros brasileiro, dos quais um, o de Lourenço Marques, já está em bom funcionamento e outro, o de Timor, já está iniciado.” (REIS, 2010, p. 17).

Ao redigir esta carta, George Agostinho da Silva exercia sua primeira atividade como diretor do Centro de Estudos Afro-Orientais que acabava de ser criado na Universidade Federal da Bahia. Português de nascimento e Luso-brasileiro por opção, Agostinho da Silva, como era chamado, foi o fundador do primeiro Centro de Estudos nos países dedicado ao aprofundamento de conhecimentos e promoções de intercâmbio com países africanos e asiáticos. Sua carta a Bezerra de Menezes nos informa os principais objetivos e intenções da nova instituição, a busca de uma sintonia com a política externa brasileira do período e, mais ainda, a necessidade de repensar o Lugar de África no Brasil em fins dos anos 1950 (REIS, 2010, p. 17).

Segundo Reis, (2011), os debates em torno dos primeiros discentes africanos que desembarcaram nos programas de intercâmbios acadêmicos na Bahia, nos esclarecem que era um grupo dos estudantes composto por vinte pessoas oriundas de diferentes países da África ocidental.

Cinco yourubas em traje nacional, todos bastante simpáticos, cinco de Gana, conscientes e reservados, quatro do Senegal (um francês branco como neve, uma moça mestiça de peuhl e de francês com algum outro sangue, um cabo-

verdiano, (ou mais exatamente um filho de um cabo-verdiano e uma descendente da Bahia), e finalmente um camaronês [...] representativo do Senegal) (REIS, 2011, p. 3).

Segundo Saraiva (1996), a política do Centro de Estudos Afro-Orientais esteve positivamente vinculada à política cultural do Itamaraty em relação ao continente africano, esta política vem a cooperar com o início de programas de intercâmbio dos primeiros discentes africanos inseridos no Brasil, “em particular da Nigéria, Gana, Senegal, Cabo Verde, Camarões e Guiné-Bissau para estudar em Universidades brasileiras” (SARAIVA, 1996, p. 95).

O intercâmbio acadêmico no Centro de Estudos Afro-Orientais (CEAO) iniciou-se no ano de 1961, quando “um jornal em Salvador noticiava a chegada de um grupo africanos à cidade. Segundo o jornal da Bahia, estudantes africanos, futuros diplomatas, participariam de um estágio de três meses para aprendizado da língua portuguesa no centro de estudos Afro-Orientais, na universidade de Bahia” (REIS, 2010, p. 124). Na época o jornal de Bahia enfatizou a hipótese de “troca de ideias desses estudantes com estudantes brasileiros e a participação ativa do Itamaraty no processo, através do pagamento de bolsas concedidas aos alunos” (p. 124).

A primeira turma de discentes africanos chegou ao Brasil em dezembro de 1961. Segundo Pierre Verger, pesquisador ligado ao Centro de Estudos Afro-Orientais, numa carta encaminhada ao seu colega pesquisador do CEAO, Vivaldo da Costa Lima, em 11 de novembro a turma desembarcou na Bahia, dia 07 numa quinta-feira. Esta carta foi escrita para comunicar a Costa Lima, que se encontrava na cidade de Gana (Acra), “a consecução da empreitada. Ambos deveriam estar bastante satisfeito com aquela realização, pois foram importantes articuladores. A leitura da correspondência entre os pesquisadores, ao longo do aquele mesmo ano, indica que não foi fácil reunir de estudantes e fazê-los desembarcar no Brasil” (REIS, 2010, p. 126).

A ideia de trazer os discentes africanos para estudarem no Brasil foi formalizada na primeira reunião do grupo de trabalho do Itamaraty que debatia questões visando a aproximação do Brasil-África. Na primeira carta que encaminhou a Wladimir Murтинho, chefe do Departamento Cultural do Itamaraty, depois do encontro, em 24 de Fevereiro de 1961, o diretor do CEAO, elencou essas prioridades:

Permita a V. Exa. que de especial relevo a sua ideia de que os estudantes africanos deverão fazer como que um curso intensivo pré-universitário que lhes de ideia do complexo cultural brasileiro. Vem este seu projeto ao

encontro de esforços nossos no sentido de se criar nesta e noutras universidades Centros de Estudos Brasileiros que funcionassem em regime de pesquisa e de cursos intensivos e que pudessem, entre outras atividades, dar a devida informação sobre o Brasil a todos os bolsistas estrangeiros que viessem frequentar as nossas escolas superiores. Creio que um curso de seis meses seria suficiente para tal objetivo... (REIS, 2010, p. 127).

No mesmo ano, em março, o diretor Agostinho da Silva redigiu uma carta a Vivaldo da Costa Lima, leitor brasileiro em Ibadan, para explicar-lhe sobre os debates organizados no grupo, destacando a proposta de “ trazer africanos para aqui uns seis meses antes da abertura da universidade, para que eles recebam um curso de língua portuguesa, um curso sobre o Brasil”. Argumentava que a experiência era que “fosse realizado em sistema de internato ficando os vinte africanos com igual número de brasileiros”. Menos de um mês após, em 10 de maio, escreveu uma nova carta a Costa Lima, dizendo que, dentro das outras decisões aprovadas pelo grupo de trabalho, houve a concessão de bolsas de estudos para discentes africanos no Brasil, havendo sobretudo, ideias de intercâmbio a ser organizado no sudeste. Caberia ao diretor Agostinho da Silva levá-los para Salvador, na Bahia.

O começo dessa ideia integrava bolsistas para frequentar os cursos de graduação em universidades brasileiras e para os futuros representantes africanos no Instituto Rio Branco (responsável pela formação inicial dos diplomatas brasileiros). O diretor Agostinho da Silva deu mais reforço à vinda dos discentes africanos para cursarem graduações, como ficou claro no extrato anterior, acerca dos futuros representantes, não houve grandes formulações. A proposta não foi levada a cabo e essa questão é mencionada por Agostinho da Silva, numa carta encaminhada ao secretário do palácio do Itamaraty, Geraldo Eulálio do Nascimento, cujas orientações sobre as prioridades do CEAO, em junho de 1961, eram “receber, para sua adaptação ao Brasil os diplomatas africanos que frequentarão o Instituto Rio Branco”. Assim, a nota do Jornal da Bahia, em 8 de outubro, fez uma mescla de informações ao divulgar que “bolsistas africanos”, “futuros diplomatas”, fariam estágio na Universidade da Bahia” (REIS, 2010, p. 128).

A chegada desses discentes africanos no final de 1962 causou maior interesse na cidade de Salvador Bahia. A grande parte deles iniciou organizar cursos regulares na Universidade de Bahia, também em outras universidades brasileiras (SARAIVA, 1996 p. 10).

Ainda no mandato do chefe de Estado Goulart, deu-se a abertura de “linhas marítimas especiais, ligando o Brasil ao continente africano para facilitar o intercâmbio comercial. Em agosto de 1962, o Ministro do planejamento do Congo (Brazzaville), em visita ao Brasil, discutiu a pauta comercial dos dois países”. No ano seguinte, 1963, no mês de fevereiro, “o Ministro nigeriano do desenvolvimento econômico realizou uma viagem similar. Em janeiro de 1964, o Ministro da agricultura do Quênia visitou o país para tratar de uma política comum na aérea de exportação de café” (LEITE, 2011, p. 100). E em relação ao Senegal, no mês de abril de 1961, em missão especial, o ministro das Relações Exteriores brasileiro, Afonso Arinos, viajou para a África no mandato do Quadros, para tratar de temas políticos, culturais e assuntos econômicos e instalar a embaixada brasileira, depois de um ano da independência do Senegal, e por fim, foi explicitada a postura do Senegal em relação à ajuda e negociações para uma afirmativa da parceria no mercado comum europeu.

Em primeiro lugar, na solidariedade moral que nos une ao destino de povos oprimidos pelo jugo colonial e impossibilitados de auferirem a justa retribuição do esforço econômico nacional, pela sujeição aos interesses, nem sempre coincidentes, das metrópoles; em segundo lugar, sendo os povos coloniais produtores de matérias-primas que também exploramos, torna-se essencial eliminar as condições de prestação de trabalho e de operação econômica que os colocam em posição artificial de concorrência no mercado internacional (DANTAS, 2011, p. 26).

Portanto, uma das determinações importantes naquela altura da política brasileira a ligação África portuguesa, era duas, que podem ser ministrado pela delegação especiais no mandato de Quadros, que focalizava na direção anticolonialista do presidente, mas na prática, colocava construção dessa política internacional no continente africano a um acordo antecipado com Portugal.

Pelo Tratado de Amizade entre Brasil e Portugal, assinado em novembro em 1953, no Rio de Janeiro, acordavam os dois países uma parceria em que “consultar-se-iam sempre sobre os problemas internacionais de manifesto interesse comum”. Como colocou Patrícia Soares Leite, ao acordar essa cooperação, Brasil e Portugal vão colocar impossibilidade de trabalho da política internacional, “condicionando a tomada de qualquer decisão internacional acerca das dependências coloniais lusitanas a um entendimento prévio com Estado português” (LEITE, 2011, p. 110).

Essa crítica era colocada pelo representante diplomático Adolpho Justo Bezerra de Menezes na suas leituras acerca do assunto da comunidade luso-brasileira. A posição do Brasil frente à colonização portuguesa era altamente ambivalente, em vista do Tratado de Amizade. Segundo Leite, a posição dos brasileiros, em resumo, era obviamente acabar com a colonização, mas recomendava a colaboração de Portugal no assunto, apoiando Portugal no ONU em nome de laços exclusivos com o país lusitano. E no âmbito interno, o Brasil continuava a defender a descolonização no continente africano como vinha sendo planejada pelos portugueses através, “sobretudo no Rio de Janeiro, da imprensa e de lobby no congresso, da combatividade da diplomacia portuguesa e da persistência da ideia de comunhão espiritual, transmutada em luso tropicalismo, difundida por intelectuais influentes, como Gilberto Freyre” (LEITE, 2011, p. 112).

Evidentemente, o contexto internacional não era favorável ao colonialismo paralisante mantido pelo autoritarismo de Salazar. No entanto, as bases intelectuais da mudança foram consequência de um curioso diálogo estabelecido entre correntes de pensadores portugueses e intelectuais brasileiros, em particular Gilberto Freyre, que passou a firmar com ênfase crescente a existência de um mundo português em diferentes territórios tropicais (THOMAZ, 2002, p. 43).

É muito relevante ver essa comunidade lusotropicalista, “ao chamar a atenção brasileira para as regiões da África nas quais a língua portuguesa era falada, nunca teve efeitos negativo direito sobre as políticas brasileiras referentes ao processo de descolonização da África como um todo”. Os objetivos da política internacional do segundo mandato de Vargas delineadas pelo conjunto de representantes da política externa que trabalhavam nas Nações Unidas no começo dos anos 1950, “havia promovido relativo tratamento pragmático das questões coloniais na África compatíveis com muitas posições de respeito à autodeterminação dos povos da África” (SARAIVA, 1996, p. 58).

Angola, como o país mais rico entre as colônias portuguesas no continente africano, foi destaque no conflito civil com as forças internacionais no começo de 1960. O Brasil, que havia formulado as modificações dos objetivos da sua política externa em relação à situação colonial no continente africano, iria se defrontar, neste caso com a principal questão internacional na África (SARAIVA, 1996, p. 76).

Já na metade do século XX, a colônia mais rica de Portugal, Angola, exportava café, diamantes e petróleo. Tinha também a maior população branca. O censo português de 1950 mostrou uma população de 4.145,266

habitantes em Angola. Dessa população, 4.036,687 eram “indígenas” que não falavam português e eram obrigados a prestar trabalhos forçados nas fazendas, nas minas e em obras públicas; 30.080 eram “assimilados” que falavam português e tinham direitos geralmente equivalentes aos dos colonialistas; e 78,499 eram europeus. Nos anos 1960, após uma década de intensas políticas de assentamento por parte do governo português, Angola tinha uma população branca que se aproximava 500 mil em um total de 5 milhões de habitantes (DÁVILA, 2011, p. 29).

O desafio da independência de Angola foi começado pelos pensadores africanos nos anos 50 em torno do Centro de Estudos africanos (CEA) em Portugal (Lisboa), onde futuros líderes africanos como Mário Andrade e Agostinho Neto conheceram outros membros do front anticolonialista. Trabalhavam escondidamente para se ocultarem cuidadosamente da polícia internacional e de segurança de Estado (PIDE), poderosa polícia secreta da época do regime Salazarista (SARAIWA, 1996).

A colônia foi agitada vigorosamente por revoltas que começaram a guerra de libertação em Angola, entre dezembro de 1960 e março de 1961. Ela acontecia respectivamente nas diferentes frentes de libertação da África negra e expressava o movimento contrário ao funcionamento dos interesses coloniais em Angola. (SARAIWA, 1996, p. 77-78). No mesmo ano, Portugal rompeu relações diplomáticas com o Senegal. Elementos da política externa de Portugal, como aviões e barcos, aeroportos e portos, foram fechados pelos Nações Unidas. Em 1961, no mês de junho, a Organização das Nações Unidas, convocou uma Assembleia Geral, relacionada ao impacto mundial da guerra de libertação de Angola e outros países africanos independentes fizeram parte desta reunião. A África e o Brasil apresentaram uma história comum, um exemplo concreto de políticas nacionais, nos círculos políticos e na imprensa, quando foi apresentada pelo Itamaraty, patrocinador oficial da viagem organizada em 1963, Romana da Conceição, nascida em Pernambuco em 1982, neta de uma iorubá vendida como escrava por seu tio e mandada para o Brasil. Ela mudou-se para a Nigéria em 1900 com a mãe e a avó no navio descrito por Nina Rodrigues em seu famoso livro *Os africanos no Brasil* (DÁVILA, 2011, p. 89; SARAIWA, 1996, p. 78).

Em 1961, havia enorme perspectiva referente ao voto do Brasil na XV Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU). Inicialmente, o Brasil havia ajudado a Declaração de Garantia de Independência dos Países Coloniais, reafirmando razões da autodeterminação das nações e o voto a favor da integração do assunto de Angola na questão da segunda parte da reunião.

Havia esperança de que o país fosse ajudar na independência das divisões regionais ultramarinas. A postura brasileira na reunião não correspondeu às expectativas. O país absteve-se da votação acerca da aprovação da ideia de formação de um comitê de 23 países afro-asiáticos responsável pela análise do assunto angolano e que pedia ao presidente de Portugal “medidas imediatas para transferir todos os poderes aos povos destes territórios, sem nenhuma condição de reserva [...] a fim de lhes permitir uma independência e liberdade completas”. A delegação brasileira propôs que, em lugar de um comitê, fosse solicitado a Portugal envio de subsídios para os acontecimentos em Angola” (LEITE, 2011, p. 111).

No mesmo ano, em setembro de 1961, o Brasil votou pela decisão de formar uma comissão composta de sete membros para reunir informações acerca da questão dos territórios dominados pelo governo português. O voto do Brasil, rapidamente informado ao presidente português, foi recebido, com reserva da expressão “condena” na frase “condena o contínuo não cumprimento por Portugal da obrigação de prestar informações”, proferida pelo chefe de delegação brasileira ministro Afonso Arinos, que entretanto reforçava os inalteráveis laços de amizade que uniam as duas nações. No discurso de abertura da décima sexta Assembleia Geral das Nações Unidas, o ministro Afonso Arinos declarou, a respeito de França e Portugal, que “ os dois Estados devem, a nosso entender, assegurar a autodeterminação da Argélia e de Angola”. No seguinte ano, em janeiro de 1962, a comissão representativa brasileira fez apelo ao presidente português para que seguisse a marcha da história e reconhecesse a autodeterminação da nação angolana. Na Assembleia, o Brasil votou a favor da resolução 1742, que aconselhava a instalação de instituições políticas autônomas em Angola e a mudança de normas para nação angolana. No mesmo ano, em dezembro, o Brasil participou de votações sobre a resolução 1807, que condenava Portugal por sua posição desfavorável à Carta das Nações Unidas e da resolução 1808, que instalava um programa técnico de apoio às colônias portuguesas no continente africano. No ano seguinte, em julho de 1963, o Brasil apoiou ideias das decisões do Conselho Segurança das Nações Unidas (CSNU) que encaminhavam Portugal “a reconhecer imediatamente o direito à autodeterminação e a independência dos seus territórios ultramarinos” (LEITE, 2011, p. 111).

A política interna do Brasil no quadro novo tinha que se afastar do período do mandato de Quadros e Goulart, onde fora fundamentada na solidariedade aos povos recém-independentes da África. Essa política teve uma redefinição no novo cenário histórico advindo do golpe militar de 31 de março de 1964.

Segundo Saraiva, (1996), no ciclo militar do primeiro mandato de Castello Branco, os pensamentos sobre a função do Brasil na África, centralizavam-se nos debates do lusotropicalismo dos anos 50. As exposições lusófonas fundiam-se com as exposições ocidentalistas e geopolíticas dominantes, mas o foco permanecia em Brasília e a colocação destes discursos sobre lusitanidades coincidiam com as expectativas conservadoras do novo poder colocado em Brasília. Esta era a possibilidade de Chefe de Estado na altura do surgimento das comunidades luso-brasileiras.

Neste contexto, pequeno aumento nessa parte foi que, ao entender o próximo desfecho do assunto colonial africano, o presidente brasileiro buscou intervir no processo por sugestão da Organização para a Unidade Africana (OUA) criada 1963, porém, a oferta dos apoios da política nacional recebida silenciosamente em Portugal, fora percebida como uma diligência imerecida. Marcando finalmente a óbvia ideia portuguesa de instrumentalizar o limite possível da ajuda brasileira, especialmente no âmbito da conservação de seus interesses ultramarinos, Brasília enfatizou sua política de relação com a África negra, agiu-se antes de Portugal e da Assembleia da ONU, reconhecendo a independência da Guiné-Bissau, no dia 18 de julho de 1974. Essa política mostrava a ausência de um olhar distante das elites dirigentes brasileiras, esses acordos resultavam na eventual independência das colônias portuguesas no continente africano, em uma dura agressão por parte dos dirigentes africanos sobre a intervenção do Brasil na exploração portuguesa (FERREIRA, s.d., p. 140-141).

O substituto de Médici foi Ernesto Geisel (1974-1979), que havia entendido os enormes custos econômicos para o Brasil como carinho por parte de Portugal, acompanhando a reflexão do ex-ministro Mário Gibson Barbosa, que dizia sobre as relações com Portugal se tratar de uma dívida que o país não poderia pagar, mas, o presidente Geisel antecipadamente não pôde fazer nada na altura antes da Revolução dos Cravos, em abril de 1974, que terminou com o regime salazarista em Portugal. Ao longo da época de Geisel, “Celso Amorim trabalhou para o ministro Azeredo da Silveira em sua assessoria de planejamento. Apesar do ministro Silveira não ter feito muitas viagens à África, conseguiu quebrar o tabu em relação às ex-colônia de Portugal”, portanto, tendo tido como algo de maior relevância o fato do Brasil ser o primeiro país a reconhecer a independência de Angola, proclamada pelo partido do Movimento pela Libertação Popular de Angola (MPLA). Nesse sentido, não devemos esquecer que o cenário internacional era caracterizado pela guerra fria. Daí o difícil reconhecimento de Angola, dirigida pelo MPLA, pelo ministro Azeredo da Silveira, “com a

chancela do presidente Geisel, teve o apoio de duas figuras importantes da diplomacia brasileira: Ovídio de Andrade Melo, representante especial do Brasil em Angola; e Ítalo Zappa, chefe do Departamento da África” (FERREIRA, s.d., p. 142).

1.2 Governo Geisel e interesses econômicos e estratégicos na África

No início do mandato de Geisel, em março, definiu-se uma nova política de prioridade em relação à África e aos países vizinhos da América Latina. “Daremos relevo especial ao nosso relacionamento com as nações irmãs da circunvizinhança de aquém e além-mar”. Essa relevância justificava, em primeiro lugar desenvolver e fortalecer as relações dos países africanos subsaarianos com o Brasil, mantidas desde começo dos anos sessenta, “particularmente os da parte ocidental do continente”. Em segundo lugar, comprometia-se a aproximar-se dos países africanos da língua portuguesa, que lutavam por sua emancipação política, o que significava também, a condenação do apartheid e a ajuda às reivindicações tradicionais de igualdade racial (LEITE, 2011).

A aproximação do Brasil em relação à África subsaariana independente, no período DO pragmatismo é atribuída, em enorme medida, ao novo rumo aceito pelo presidente brasileiro em relação ao continente, no início dos “anos dourados da política africana”. Segundo ROSI (2010-2011), é um período em que o Brasil começa definitivamente a retomada de aproximação com a África ao longo dos mandatos dos presidentes militares. É relevante destacar que, “dentro do pragmatismo vigente; essa aproximação se dá em moldes paradigmáticos bastante diversos dos governos anteriores. Além de representar uma ruptura com o passado, a diplomacia de Geisel torna centrais os aspectos políticos da aproximação com a África” (ROSI, 2010-2011, p. 36).

Devido à natureza da política hemisférica, a política africana direcionava-se a planos específicos de “renegociação das dependências”. Tratava-se de diferentes acordos comerciais com o Brasil, aumentavam especialmente os mercados para o transporte de produtos de bens manufaturados e serviços, frente à política de protecionismo do EUA e da Europa Ocidental. Por outro lado, incluindo mais empresários compradores, o presidente brasileiro planejava segurar as matérias-primas preciosas como petróleo ácido fosfato e ortofosfórico, a fim de minimizar as crises energéticas do estado. Na estratégia política, a aproximação de Brasil em relação ao continente africano resultou dos interesses de enorme plano do Brasil no quadro internacional e generalizaram-se as relações de modo autônomo e livre de aliança ideológicas.

“Assegurava ao país presença internacional própria e tendia a facilitar a adesão africana aos temas de interesses do Brasil nos fóruns multilaterais” (LEITE, 2011, p. 143).

O alargamento das relações dos países subsaarianas com o Brasil demonstrou-se sobretudo, nas estratégias políticas, econômicas e de cooperação técnica. O presidente brasileiro e os presidentes dos países africanos independentes promoviam várias visitas ministeriais, aumentavam trocas de bens e serviços e promoviam assinaturas de parcerias de conhecimento nas áreas da agricultura, saúde e educação, durante período do pragmatismo entre 1974-1979.

Nas duas crises de petróleo, em início 1973 e em 1979, foi importante a aproximação da África nos anos 70, aumentava a procura de novos acordos internacionais. Após 1973, o país passava a enfrentar problemas, primeiro “choque de petróleo. Isto, sem considerarmos, ainda, as clivagens verificadas dentro do regime, com as diversas tendências digladiando entre si pela manutenção do modelo político, ou pelo seu relaxamento, e que afetavam o encaminhamento da conduta internacional brasileira” (MIYAMOTO, 2011, p. 3).

O enorme problema da política externa do Brasil, não vinha apenas de outros períodos, mas aquilo que pôde ser entendido nessas quebras de relações, “mesmo quando se apresentou um quadro altamente favorável para a projeção internacional do país, foi sempre a carência de um projeto e de uma estratégia de inserção global, de médio ou de longo prazo” (MIYAMOTO, 2011, p. 4).

A relevância do Atlântico como área privilegiada para a segurança econômica do país foi o foco estratégico da África. As necessidades de expansão de mercado de exportações e a procura de novas fontes de petróleo para confrontar as crises energéticas.

Por outro lado, foi a relevância das empresas de grandes porte brasileiras na África e as missões de 37 membros do Itamaraty, dos quais cinco eram responsáveis por diferentes áreas do executivo. Os restantes eram representantes de empresas privadas nacionais e estrangeiras e empresas estatais, como a Petrobras e Eletrobras, que participavam das feiras internacionais em Lagos. E as missões de caráter comercial, enviadas pelos nove países africanos, Senegal, Gana, Costa de Marfim, Togo, Nigéria, Camarões, Daomé, Zaire e Libéria, para negociações em torno da presença brasileira em projetos de desenvolvimento, como construção de estradas, hidroelétricas e venda de equipamento brasileiros na África, organizadas pelo Itamaraty em 1973. “Outra dimensão a ser considerada era o fato de política africana do Brasil ter atentado para as próprias possibilidades de a África se tornar uma fonte de suprimento de petróleo para o país. A vulnerabilidade energética foi dado capital para a

compreensão do ânimo comercial que embalou as relações atlânticas dos ‘anos dourados’ da política africana”. SARAIVA, 2011, p. 145)

A empresa brasileira Braspetro permaneceu em sua atividade de prospecção da exploração de petrolífera na África, concretamente em Madagascar e na Argélia, nações produtoras de petróleo, eram mais intensas. A Nigéria era fundamental para o mercado brasileiro dos anos 70, além da Nigéria, a projeção das atividades econômicas inseriu outros relevantes parceiros na África negra após 1975, a África portuguesa e os países de atlânticos da África negra que foram fundamentais para a expansão comercial. Segundo Visentini (2013) foi o cenário que marcou de fato a política africana, pois seis representações diplomáticas novas foram abertas, durante o período do pragmatismo responsável na África.

Na região da África Meridional, concretamente África do Sul o Brasil assumiu posição de repúdio aos remanescentes do colonialismo e à persistência da discriminação racial. Em 1977, o país participou da Conferência de Apoio aos Povos do Zimbábue e da Namíbia, em Maputo, e, em Lagos, da Conferência Mundial de Ação contra o apartheid na África do Sul. Em maio de 1976, por ocasião da visita de delegação do Conselho da Namíbia, o Brasil reconheceu a Organização do Povo do Sudoeste Africano como representante legítimo e contribuiu financeiramente para o Fundo das Nações Unidas para a Namíbia. Em 1977, o Brasil adotou medidas internas em consonância com a Resolução 418 do CSNU, que decretou o embargo mandatário de armas contra a África do Sul e fechou o consulado na Cidade do Cabo. O Brasil defendeu, nas Nações Unidas, a transferência para a maioria negra do governo do Zimbábue, que, em reconhecimento, convidou o país para a festa de independência” (LEITE, 2011, p. 151).

Um dos pontos mais importante da política africana do Geisel foi a mudança. “Conforme já foi destacado, o apoio, mesmo que velado, ao regime de Pretória foi um dos pontos-chave da política africana dos governos anteriores. Geisel rompe com essa lógica e o Brasil passa a condenar publicamente o apartheid.” (ROSI, 2010-2011, p. 35). Em segundo e terceiro lugar, o Brasil mudou a sua posição em relação à colônia portuguesa e ao combate ao comunismo na África.

Em relação aos países africanos de língua oficial portuguesa (PALOPs), a posição brasileira era romper de uma vez a ideia de amizade com Portugal ao auxiliar e reconhecer os movimentos independentistas da África lusófona. “O grande desafio da política africana do Brasil no período foi lidar com a questão da independência das colônias portuguesas” (SARAIVA. 1996, p. 158).

O Brasil foi o primeiro país a reconhecer formalmente a independência da Guiné-Bissau, em 16 junho de 1974. Meses após, foi aberta embaixada do Brasil na Guiné-Bissau juntamente com Cabo Verde. Sendo também, o reconhecimento formal da independência de Angola, em março de 1975. E reconhecimento do presidente de São Tomé e Príncipe. Também, juntamente com Moçambique e Cabo Verde. E Brasil elogiou-se a entrada da Guiné-Bissau na ONU. No mesmo ano, o Brasil foi o primeiro país a estabelecer relações diplomáticas com Angola antes da sua independência e com Moçambique, tendo sido também, o primeiro país a reconhecer o presidente do movimento popular de libertação de Angola (MPLA).

Essa comunidade de expressão da língua portuguesa poderia ser percebida como a grande iniciativa que uniu não apenas o Brasil e o continente africano, mas sim, todos aqueles que falam oficialmente o português. “Embora nunca tivesse atingido os objetivos a que se propunha, a iniciativa, serviu, contudo, para aproximar os países de língua portuguesa, favorecendo a criação de inúmeros convênios e acordos culturais, dentre os quais a reforma ortográfica” (MIYAMOTO, 2011, p. 6).

O Brasil assinou vários acordos culturais propiciando a cooperação técnica com os países lusófonos em setores como: agricultura, telecomunicações e formação profissional. Através de estabelecimento de um programa de estudo para discentes africanos no Brasil denominado Programa de Estudantes-Convênio de Graduação e de Pós-graduação (PEC-G e PEC-PG) nas universidades brasileiras para discentes nacionais africanos.

De acordo com manual do PEC-G 50 ANOS (2005), este Programa de Estudantes-Convênio de Graduação e de Pós-graduação foi criado em 1964, oferecendo vagas nas Instituições de Ensino Superior (IES) brasileiras aos discentes dos outros países em desenvolvimento, que têm firmado compromisso de cooperação educacional, cultural, científico-tecnológica com o Brasil. Esta ideia de programa foi do governo receber discentes estrangeiros de outros países no Brasil. Percebeu-se a necessidade de unificar as mesmas condições de intercâmbio estudantil e de garantir o mesmo tratamento aos discentes nas universidades. E foi publicado o primeiro protocolo do PEC-G em 1965. Na última década, foram selecionados mais de 6.000 candidatos aprovados no programa. A maior parte dos discentes era do continente africano, Cabo Verde, Guiné-Bissau e Angola. Depois, Paraguai, Peru e Equador na América Latina com mais estudantes, e por último, Timor Leste na Ásia.

De acordo com Mané (2013), os presidentes dos países do continente africanos construíram uma política de estratégia de modo a superar suas grandes dificuldades com o ensino superior, mandando seus discentes estudarem em países estrangeiros com os quais têm laços de

cooperação. No Brasil o programa de PEC-G é desenvolvido pelo MRE, com a participação de 94 instituições de ensino superior (IES) públicas, federais e privadas. A vinda dos primeiros estudantes africanos se deu em 1974 (MANÉ, 2013, p. 17). O Brasil contava em 2013 com mais de mil discentes africanos apenas no PEC, entre graduação, mestrado e doutorado, nas diferentes universidades brasileiras.

No começo deste programa, os estudantes africanos que vinham fazer a graduação nas instituições superior brasileiras (IES), pertenciam à classe média alta (filhos de representantes de estado) que precisavam declarar um valor alto de renda para garantir o prosseguimento do curso a longo prazo. Mas com a entrada do presidente Lula foram articuladas bolsas de ajuda financeira para os discentes de baixa renda. A partir daí, os estudantes de baixa renda começaram a abraçar o programa e cresceu a demanda para o Brasil (MANÉ, 2013, p. 18).

“O histórico mais recente, de quase duas gerações, mostra claramente que os intercâmbios entre brasileiros e alguns africanos da língua portuguesa, em termos bilaterais, sofreram expressivo incremento, tornando-se mercado promissor para venda de produtos e serviços”. Angola foi eleita a maior parceira, que tem mercado promissor para os produtos e serviços brasileiros e é fornecedora das matérias-primas. Houve grandes empresas de grande portes brasileiras que se instalaram em Angola, como a própria Petrobras (MIYAMOTO, 2011, p. 11).

Em relação aos países do Oriente Médio, a política externa brasileira se aprofundava na política de aproximação começada no governo anterior do presidente Médici, com a visão de estender mercados, assegurar a passagem ao petróleo e trazer financiamentos para os projetos do Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), que tem em conta o peso de petróleo na balança de pagamento brasileira.

No começo dos anos 1980, “o Brasil tornou-se o maior fornecedor da Nigéria de produtos como carros, roupas, produtos de construção, derivados de celulose, petróleo refinado, ar-condicionados, alimentos e outros itens considerados ‘tropicalizados’ e adaptados às condições tecnológicas e de consumo”. O Brasil era o maior comprador de petróleo da Nigéria (LEITE, 2011, p. 146).

Com a subida de Fernando Collor de Mello à presidência federativa do Brasil e a aceitação do neoliberalismo como política econômica (1990-02), começou um novo afastamento em relação ao continente africano. “No contexto do fim da guerra fria e da criação do Mercosul, em 1991, a África foi considerada um cenário secundário, nos marcos de uma diplomacia baseada numa visão primeiro-mundista e neoliberal da globalização” (VISENTINI &

PEREIRA, 2003, p. 3). Além da quase não haver cenários políticos, o chefe de Estado da África do Sul, Nelson Mandela, visitou Brasília em 1991, observou-se o declínio de grande alcance do comércio bilateral. E no mesmo ano, o número de diplomatas brasileiros no continente africano caiu, em 1973 era de 25, subindo para 34 em 1989 e diminuindo para 24 em 1996.

Durante o primeiro mandato de Itamar Franco (1992-94) ainda sem modelo definido verdadeiro para a política externa, no Brasil observou-se uma tênue volta para a política africana. O governo lançou uma proposta de criação da CPLP em 1993 e a reativação da criação de Zonas de Cooperação do Atlântico do Sul (ZoPaCAS). No ano seguinte, o Brasil convocou o encontro dos chefes de Estado dos países de língua portuguesa em Brasília. O fato mais relevante foi a ajuda bilateral e multilateral por parte das Organizações das Nações Unidas (ONU) no processo de construção da paz e reorganização de alguns países do continente africano, tais como Angola (ROSI, 2010-2011).

Outro cenário relevante da diplomacia brasileiro durante o mandato de Itamar Franco trouxe efeitos para o relacionamento com África. “A integração, ainda que conservadora e reservada, a regimes e organismo internacionais. É nesta política que o Brasil participa de uma série de missões humanitárias no continente africano, a maioria através da ONU: Angola, Moçambique, África do Sul, Uganda, Ruanda e Libéria” (ROSI, 2010-2011, p. 38).

No governo de FHC, Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), o espaço da África na diplomacia do Brasil continuou ausente, mas houve grandes empenhos relevantes de uma mudança por parte do governo, ao longo do segundo mandato. A cooperação sul-sul, que seria abandonada na política externa de FHC, foi retomada com força no governo de Luís Inácio Lula da Silva, que pode ser considerado como o advento de novos tempos. “A partir de 1995, o exército brasileiro participou ativamente das missões de paz da ONU em Angola e em alguns outros países. Em 1996, FHC visitou Angola e África do Sul, firmando acordos em várias áreas”. No mesmo ano, houve a consolidação da CPLP em 1996 e, em 1998, o chefe de Estado de África de Sul (Nelson Mandela) visitou o Brasil, em 2000, este país assinou uma parceria de acordo livre de comércio com o Mercosul. Houve também apoio aos programas iniciados no governo anterior e a outros novos, tais como a ajuda ao combate da epidemia HIV/AIDS no Senegal em 2002. (VISENTINI & PEREIRA, s.d., p. 4).

2 Brasil e África no século XXI

No começo do governo Lula, a política externa brasileira deu novo impulso às relações do Brasil com a África, intensificando os laços com a África, o Brasil passou a desenvolver e fortalecer uma política externa “ativa e afirmativa”. Um olhar estratégico e a expectativa, unidas, são as novas bases e o principal foco das relações Brasil-África sumarizadas na cooperação sul-sul. “Relações bilaterais e multilaterais têm-se desenvolvido de maneira notável nas áreas do comércio e investimento (principalmente nos setores petrolíferos, de mineração e infraestrutura), saúde ciência e tecnologia, diplomacia e, mesmo, segurança e defesa” (VISENTINI, 2013, p. 93).

No discurso de tomada de posse, o novo chefe de Estado brasileiro colocou a África de Sul entre os grandes países em desenvolvimento, coma China, a Índia e a Rússia e nomeou o continente africano como foco principal da diplomacia brasileira, que foi definida como “afirmativa e propositiva”. Ao mesmo tempo em que adotava programas de combate à pobreza efetivos como a “fome zero”, as políticas afirmativas procuravam incluir afrodescendentes na melhoria da sociedade brasileira. Uma das melhorias dessas iniciativas, já em março de 2003, foi a promoção da entrada de negros na formação diplomática, através da concessão de bolsas de estudo para a preparação do concurso do Instituto Rio Branco. No setor educacional, os programas de oportunidades para jovens estudantes estrangeiros cursarem a graduação e a pós-graduação no Brasil PEC-G e PEC-PG, foram aumentados com a integração de novas universidades brasileiras e com a ampliação do número de vagas e bolsas de estudo oferecidas, com grande destaque na cooperação em pesquisa científica, além do intercâmbio de professores.

Para a concretização dessa estratégia, as relações internacionais do governo Lula são dotadas de três dimensões: uma diplomacia econômica, outra política e um programa social. A primeira dimensão é realista, a segunda de resistência e afirmação e a terceira propositiva. Trata-se de um projeto amadurecido por mais de uma década, e não uma política voluntarista, e está adequada à correlação de forças existentes no país e no mundo. (VISENTINI, 2005, p. 389)

Essas relações de eixos baseados nas relações sul-sul estavam alinhadas no plano plurianual (PPA), durante o governo de Lula (2003-2007), no primeiro mandato. A realização desse plano fundamentou-se numa estratégia de longo prazo alinhada ao aumento de um mercado

interno de consumo em massa, com três grandes bases e objetivos do presidente obviamente declarados nos setores social, institucional e econômico. O primeiro ponto se referia à integração social e à diminuição das desigualdades sociais; “o segundo buscava combinar crescimento econômico com geração de trabalho, emprego e renda, em termos ambientalmente sustentável e redutor das desigualdades sociais; o terceiro enfatiza a promoção e a expansão da cidadania, bem como o fortalecimento da democracia” (ULLRICH, MARTINS, CARRION, 2013, p. 7).

Ainda este plano lutava com uma formação regional que procurasse incrementar o “desenvolvimento harmônico” do Brasil com os países vizinhos da América do sul. Em relação aos países do centro, alegava que esses países deveriam conservar relações equilibradas com os países que faziam parte do tratado norte-americano de livre comércio (NAFTA), “a União Europeia (UE) e o bloco asiático em torno do Japão. Postulava, igualmente, uma maior aproximação do Brasil com a China, a Índia e a Rússia, com os países africanos, em particular os países africanos de língua oficial portuguesa (PALOPs), e mais recentemente com a África do Sul” (ULLRICH, MARTINS, CARRION, 2013, p. 7)

Quanto à terceira dimensão da diplomacia de Lula, de acordo com Ullrich, Martins, Carrion (2013), esta foi a social. De uma forma propositiva, que procurou aliar as ideias internas do presidente com os interesses internacionais, na dimensão em que as ideias sociais procuravam corrigir erros cometidos pela globalização, focada nos investimentos livres e comércio. O presidente Lula transformou a questão social numa bandeira internacional da política externa brasileira.

Após três meses foi convocado o Fórum de Diálogo Índia, Brasil e África do Sul (IBAS ou G-3), iniciativa de África do Sul na base de relações de cooperação sul-sul. No seu primeiro mandato do presidente Lula realizou quatro viagens de visita à África. Na primeira, no mês de novembro de 2003, visitou a África do Sul, São Tomé e Príncipe, Moçambique e Namíbia; na segunda, no mês de junho de 2004, visitou novamente São Tomé e Príncipe e Cabo Verde; na terceira, no mês de abril de 2005, visitou o Senegal, a Guiné-Bissau, Camarões, Nigéria e Gana; na quarta, no mês de fevereiro de 2006, visitou Benim, Botswana, novamente a África do Sul e a Argélia. Foram abertas dez novas embaixadas no continente africano e também foi aumentado o número de diplomatas no continente africano. Além de manter a ajuda ao processo de pacificação e reconstrução, o Brasil perdoou a dívida externa de alguns países da África, seguindo o Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas (PNUD). No mesmo ano, os cursos que vão sendo oferecidos na África e em ambos os lados do Atlântico, são promovidos eventos e seminários para aprofundar o conhecimento comum. “Dentre eles, cabe

destacar a Conferência Internacional de Intelectuais Africanos e da Diáspora, realizada em Salvador, Bahia, em julho de 2006. Assim, a África tornou-se o mais importante laboratório da cooperação sul-sul, em meio ao incremento do comércio bilateral” (VISENTINI & PEREIRA, s.d., p. 5).

Enquanto os partidos políticos acusavam o presidente Lula de “desperdiçar dinheiro com um continente sem futuro” (VISENTINI, 2013, p. 94). As empresas brasileiras ganhavam espaço e reforçavam sua presença, sobretudo a Petrobras. Houve também ações chinesas e, mais recentemente, indianas, com objetivos econômicos, ainda que contribuindo para ajuda no setor de infraestrutura, e a presença norte-americana, que se centralizava nas questões de geopolítica e segurança, a arte brasileira de acordos trouxe assim novos elementos.

Essa mudança na diplomacia brasileira é justificada pela maior compreensão do governo da relevância da ajuda dos africanos, para ampliar a projeção do Brasil no sistema internacional, na sua estratégia de se incluir totalmente, cumprindo suas obrigações como potência de porte médio, “por outro lado, a nova política também é justificada pelo Renascimento Africano, já que a África tem seu status reconhecido no cenário internacional, causado em grande parte pela valorização das commodities exportadas pelo continente e pelo crescente investimento da China na região (VISENTINI, 2013, p. 95).

O novo discurso da diplomacia brasileira caracterizou-se pelo foco da região sul-sul, deste modo, a África passou a representar o setor de capacidade mais importante na estratégia da diplomacia brasileira, seguida pela América do sul. As primeiras iniciativas da atividade foram as mudanças dentro da estrutura do Itamaraty em relação ao continente africano: “além da Divisão da África (I) e (II), o governo dividiu o Departamento da África e do Oriente Médio para dar lugar a mais um departamento, voltado unicamente para o continente africano. Seguindo a mesma linha, foi criada a Divisão da África – III (DAF-III)” (VISENTINI, 2013, p. 94).

Segundo Ullrich, Martins, Carrion (2013), o PPA referente ao primeiro governo do presidente Lula da Silva priorizava a mudança e a ampliação da política de democratização do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU), com essa ideia o Brasil visava acompanhar o desafio da condição ampliada de membro permanente do Conselho de Segurança. As démarches terminaram com a criação do G-4, composto pelo Brasil, Japão, Índia e Alemanha, com o intuito de assegurar através de ajuda importante, assento permanente nessa referida organização.

Outro ponto mais importante da política externa africana, foi a abertura e reabertura de novos postos diplomáticos brasileiros na África, de 16 novas embaixadas brasileira no continente africano. O mecanismo foi sendo reforçado, o número de representações diplomáticas africanas acreditadas no Brasil, aumentou de 16 para 25.

Essa mudança da política externa brasileira é, portanto, justificada, por um lado, pela maior compreensão do governo da importância do apoio africano para aumentar a projeção do Brasil no cenário internacional, na sua estratégia de se inserir globalmente, cumprindo sua aspiração como uma potência de porte médio. Por outro lado, a nova política também é justificada pelo Renascimento Africano, já que a África tem seu status reconhecido no cenário internacional, causado em grande parte pela valorização das commodities exportadas pelo continente e pelo crescente investimento da China na região. (VISENTINI, 2013, p. 95).

No começo de segundo mandato, o presidente Lula, viajou para sete países do continente africano, visitando a República Democrática do Congo, Angola, África de Sul e Burkina Faso, com grandes comitivas de empresários da área de energia, indústrias, aeronáutica, construção e finanças. Com objetivo de integrar assinaturas de cooperação bilaterais e multilaterais, que estudavam a integração na segunda Cúpula do Fórum de Diálogo IBAS (Índia, Brasil e África de Sul). A viagem a Burkina Faso, que retribuiu a visita ao Brasil do Presidente Blaise Compaoré, em 2003, teve como objetivo a firmar instrumento de cooperação em cotonicultura (produção de algodão), acordo de cooperação técnica na área educacional e protocolo de cooperação em saúde em áreas como medicina tradicional e bancos de leite. Nessa ocasião, também esteve prevista a assinatura de acordo em matéria de biocombustíveis com a organização sub-regional União Econômica e Monetária do Oeste da África. As atividades de Lula em Uagadugu, capital de Burkina Faso também incluíram um seminário sobre desenvolvimento e democracia na África e a abertura da mostra de cinema brasileiro, além de um evento empresarial. Na República do Congo, em retribuição à visita do Presidente Denis Sassou Ngueso ao Brasil em 2005, os países assinaram acordos para o cultivo de dendê e para a modernização do setor sucro-acooleiro. Na área da saúde, acertaram sobre o combate à malária e ao HIV/AIDS. Terminado este roteiro, o presidente brasileiro já passara por 19 dos 53 países africanos, alguns deles mais de uma vez.

Segundo Oliveira (2014), a integração do Brasil com os países africanos levou a várias mudanças e várias foram trazidas por parceiros internacionais como por exemplo China, Índia e EUA, relacionados, especialmente no combate à pobreza e às epidemias, sobretudo o vírus

de HIV/AIDS, a introdução e a geração de tecnologias adaptadas aos problemas do Terceiro Mundo e a aliança ativa nos acordos em foros multilaterais. Nesse sentido, vários países africanos manifestaram interesse na formação de programas denominados Fome Zero e no Brasil, a chamada Bolsa Família. Em 2005, o Brasil passou a enviar ajuda dos técnicos para os governos africanos interessados na criação desses programas de interesse comum, em busca do desenvolvimento e da construção de um sistema mundial. Além das missões organizadas no continente africano pelos representantes do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), os representantes das políticas africanas como Guiné-Bissau, Gana, África do Sul, Nigéria, Moçambique e Zâmbia visitaram o Brasil no período, a fim de estudar a criação e a administração dos programas.

Outros exemplos importantes são o G-3 e o G-20, que propiciaram o fortalecimento das posições dos países do continente africanos nas negociações da OMC. Atribuindo essa política, organizado em Abuja, Nigéria, a I Cúpula África-América do Sul (AFRAS), no mês de novembro de 2006, favorecendo as duas esferas “uma projeção internacional inédita, que muito contribui para o Renascimento Africano. Ao mesmo tempo, desenvolvem-se movimentos de consciência negra, realizam-se seminários, criam-se legislações contra discriminação racial e centros de pesquisas especializados em países africanos” (VISENTINI, PEREIRA, p. 5).

De acordo com Visentini (2013), outro ponto relevante da aproximação de Brasil-África durante o governo do presidente Lula foi a organização das Cúpulas América do Sul-África (ASA). Criada em 2006, com um novo encontro em 2009, foi outro mecanismo de aproximação dos países africanos no campo da cooperação sul-sul. Em 2006 foi organizada em Abuja a I Cúpula América do Sul-África (ASA), “em que os países signatários reconhecem a necessidade de intensificar a cooperação entre os integrantes do grupo como uma alternativa às pressões exercidas pela desigual ordem econômica internacional” (VISENTINI, 2013, p. 97).

As grandes empresas brasileiras tiveram um papel relevante durante o período do governo Lula, que visando promover os vínculos históricos com países africanos, passou necessariamente a fomentá-las em prol de sua política internacional. Daí a ampliação das comitivas de empresários que acompanhavam o presidente nas viagens à África, o que resultou num aumento do número de empresas brasileiras passando a atuar no continente africano, sobretudo aquelas que exportavam serviços, como, no caso, a Vale do Rio Doce, a Odebrecht e a Petrobras.

Depois de um período de paralisação, a economia da África começou a crescer de uma forma gigantesca. Ultimamente, o continente africano tem vivenciado não apenas o crescimento econômico, mas também a abertura de novas oportunidades de comércio e investimento. Os presidentes africanos têm reforçado a contribuição para a promoção econômica, alimentada por moções da própria política africana, como: (SADC) Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral, (UA) União Africana, a (NEPAD) Nova aliança para o Desenvolvimento da África e a (ECOWAS) Comunidade Econômica dos Estados da África Oriental, são mudanças para superar as dificuldades históricas e executar os objetivos definidos pelos próprios africanos, responsáveis por todos os problemas relacionados a projetos dessa grandeza.

É relevante “reconhecer o potencial de alguns acordos do Brasil em direção ao continente africano, para futuras combinações no campo multilateral, como a comunidade dos países de língua Oficial Portuguesa (CPLP) e a zona de paz e cooperação do atlântico do sul (ZoPaCas)” (VISENTINI, 2013, p. 95).

Neste contexto, para o Brasil, os PALOPs têm-se tornado prioridade para o Itamaraty, especialmente como os integrantes da CPLP, que uniram uma população de 240 milhões de pessoas em quatro continentes. São eles: Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe, Cabo Verde, Moçambique, Angola e Timor Leste, que procuram os acordos brasileiros para atingir setores de saúde, segurança, educação e negócios. Já no começo de primeiro mandato, o presidente Lula, viajou fez uma visita a Moçambique, Angola e Guiné-Bissau. Na agenda, foram debatidas as possibilidades do financiamento em vários setores do comércio e da indústria. Esse caminho foi empreendido pelo governo Lula para conservar as relações com a África, promovendo seus laços culturais e históricos, em 2003, quando o Brasil assumiu a presidência da Assembleia parlamentar da CPLP, desenvolveu consultas a fim de aprovar possíveis medidas de ajuda à Guiné-Bissau, que atravessava seria crise política e institucional.

O presidente viajou com uma comitiva de 128 empresários interessados na ampliação do mercado de exportação com os países de CPLP e foram feitos diversos acordos em diferentes setores, entre eles: fábrica de cimento e de remédios, exploração de carvão, construção de ferrovias, montagem de ônibus, exportação de aparelhos celulares e venda de máquinas de coleta de lixo, entre outros. Neste sentido, o Brasil promoveu com os países africanos de CPLP grandes programas de assinaturas de acordos bilaterais. Entre os mais importantes, figuram as criações dos centros brasileiros de ensino técnico em Timor-Leste e em Angola e a colocação de urnas eletrônicas para a eleição na Guiné-Bissau, que não foi realizada devido ao golpe militar na altura. Ainda foi firmada assinatura de cooperação com o Moçambique para criação de uma fábrica de medicamentos antirretrovirais.

É relevante enfatizar que o Brasil, no exercício da presidência da Assembleia da CPLP, teve grande papel nas gestões da política internacional que influenciaram na retomada da democracia de São Tomé e Príncipe. Foi promovida a assinatura de um acordo com a Agência Nacional do Petróleo (ANP) para apoiar o país na promoção de seu sistema de controle, viabilizando a exploração do seu petróleo. Em relação a Angola, os parceiros tradicionais, em diferentes setores, foram aumentados. Em relação a Moçambique, os laços comerciais eram pouco amplos e houve uma assinatura de acordo de cooperação na área agropecuária, entre outros setores. Em relação aos outros países da comunidade do CPLP, foram assinados acordos de cooperação em programas no setor de promoção agrária, da luta contra o vírus HIV/AIDS e combate à pobreza.

As zonas de paz, relativamente às ZoPaCaS, apresentam grandes oportunidades para a política externa brasileira na promoção de acordos de âmbito multilateral. Oferecem o mecanismo para unir grupos de nações que podem ajudar-se e promover objetivos comuns em fóruns globais. A CPLP e as ZoPaCaS têm enorme potencial como um lugar intersecção entre diversos processos de inclusão econômica na região do Atlântico sul, promovendo o intercâmbio sobretudo o comércio, MERCOSUL, SADC (Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral) e ECOWAS (Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental). O governo brasileiro tem promovido especialmente o aumento do número de empresas brasileiras, sobretudo as exportadoras de serviços, que têm se dirigido à África para a realização de seus objetivos.

A grande reserva de petróleo brasileira, a mais remota quanto a mais nova, é localizada no exterior, na África. O intercâmbio comercial com a Ásia passa sobretudo pelo Atlântico sul e pelo Oceano Índico. “Assim, a segurança e a soberania da região são assuntos muito sensíveis e estratégicos para o Brasil. As iniciativas estadunidenses de “securitização” (militarização) da área” (VISENTINI, 2013, p. 96). A reativação da Quarta Frota da marinha dos Estados Unidos no Atlântico sul inspira cuidados.

As viagens do presidente Lula para África lusófona, geralmente acompanhada por diversos grupos de empresários, resultaram em progresso relevante, com a formação de Centros Brasileiros de Ensino Técnico, pela Agência Brasileira de Cooperação (ABC) e do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), com o objetivo de formação profissional. Nos países de CPLP, já estão funcionando os centros de formação, em Angola, Guiné-Bissau e Cabo Verde, e dois recentes abriram em São Tomé e Príncipe e Moçambique.

A presença da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), “no âmbito MRE--representou um avanço no sentido de dotar o país de uma agência especializada em CTI, unificando as funções técnicas e da política externa; não obstante, persistiu a necessidade de proceder-se à estruturação definitiva no modelo institucional adotado” (MANÉ, 2013, p. 40).

De acordo com Visentini (2013), a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) tem sido o grande controlador dos trabalhos de cooperação técnica com a África, em 2008, foram 115 ações de cooperação de projetos de trabalhos à distância, foram concluídas com os países africanos, em diferentes setores: agricultura, saúde, pecuária, meio ambiente, administração pública, tecnologia da informação, cultura, energia, governo, eletrônica, desenvolvimento urbano, formação profissional, esporte e educação.

2.1 A UNILAB como instrumento de política externa

A Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) surgiu baseada nos princípios da cooperação solidária, buscando estabelecer parceria com os países africanos para promover formas de desenvolvimento econômico, político e social entre os discentes. Assim, no primeiro processo seletivo foram mais de três mil inscritos.

Ao longo dessa década foram convocadas diversas reuniões, discussões e parcerias relevantes, tanto no Brasil como no exterior, pelos integrantes da Comissão. Além de isso, foram pensadas as propostas e diretrizes criadas pelas entidades ligadas ao “desenvolvimento da educação superior no mundo. Foram privilegiados temas propícios ao intercâmbio de conhecimento na perspectiva de cooperação solidária, além de sua aderência às demandas nacionais, relevância e impacto em políticas de desenvolvimento econômico e social” (UNILAB, s.d.).

A partir de 2008, o presidente brasileiro legitimou o começo da criação de uma Universidade dos países de língua oficial portuguesa (PALOP) e africana UNICPLP. Após a nomeação do reitor pro tempore Paulo Speller, os trabalhos da Comissão foram encerrados. A UNILAB foi instalada na cidade de Redenção, Ceará a 55 km da capital cearense, a primeira a abolir escravos em 1883, no século XIX. A criação do campus em Redenção demonstrou a grande proposta da Universidade: “integrar para desenvolver”. A Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira UNILAB é uma instituição federal de Ensino Superior, com sede em Redenção, no Estado de Ceará, criada pela Lei 12.829, determinada

pela presidência da República Federativa do Brasil em 20 de julho de 2010 e vinculada ao Ministério da Educação do Brasil (MEC), que tem como objetivo a expansão da rede do ensino superior e sua interiorização, em setores mais longe dos centros urbanos desenvolvidos, bem como o aumento do acesso à educação superior, promovendo a integração social, o aumento do investimento em ciência e tecnologia e a formação suficiente dos recursos humanos de alto nível, capacitados, como imperativo urgente do desenvolvimento nacional (VISENTINI, 2013).

Segundo a Lei de Criação, a UNILAB tem como objetivo institucional definido formar os recursos humanos para ajudar à integração do Brasil com os países integrantes da comunidade da língua portuguesa, sobretudo os “países africanos, bem como promover o desenvolvimento regional e o intercâmbio cultural, científico e educacional”. Definida para a cooperação internacional e dever com a “interculturalidade, a cidadania e a democracia” nas comunidades, a Universidade ainda sustenta os seus trabalhos no intercâmbio acadêmico e é solidária com os países da expressão da língua portuguesa da África, especialmente com a Guiné-Bissau, Angola, Moçambique, São Tomé e Príncipe, Timor-Leste e Cabo-verde. Os cursos e seus trabalhos estão centralizados nas estratégias de interesse do Brasil e dos países colaboradores, integrando os discentes e docentes brasileiros e estrangeiros, almejando que o conhecimento produzido, no decurso da integração acadêmica, seja suficiente para mudar a política pública, de forma a vencer as desigualdades. “Por isso, a Unilab representa um avanço na política brasileira de cooperação e de internacionalização do Ensino Superior, refletindo o engajamento do Brasil com a proposta da comunidade internacional” (UNILAB, s.d.).

Para atuar nessa perspectiva, a UNILAB será uma universidade residencial, permitindo a formação técnica e científicas dos seus estudantes, e ao mesmo tempo cultural humanística, com base no convívio, aprendizagem e integração sócio-cultural. Em função disso, o campus contará com ampla infraestrutura para atividades científico-acadêmicas, culturais e esportivas . (UNILAB, ano, p. 10).

Segundo Projeto de Lei de criação de UNILAB (2008), a universidade tinha como meta 5.000 discentes, que abrangeriam estudantes brasileiros nos cursos de graduação, mestrado e doutorado presenciais; a outra metade será oferecida aos discentes africanos, selecionados sobretudo nos países africanos da expressão portuguesa CPLP. No âmbito dos professores seriam 300 professores, sobretudo profissionais formados em todos os países da região, 150 docentes permanentes (efetivos) e 150 docentes temporários (visitantes). A UNILAB

abandonou a organização em centros e passou a se organizar em institutos, que são, no momento, seis, a saber: Instituto de Humanidades e Letras, Instituto de Engenharias e Desenvolvimento Sustentável, Instituto de Ciências da Saúde, Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Instituto de Desenvolvimento Rural e Instituto de Ciências Exatas e da Natureza. No quadro dos discentes estrangeiros, era prevista a forte ajuda dos Estados parceiros para a sua manutenção em Redenção, o que não aconteceu, também se previa que a formação pudesse ser concluída em instituições dos países de origem com dupla titulação, o que também não acontece. No caso dos discentes residentes no Brasil vinculados e registrados entre campus da UNILAB em Redenção no maciço de Baturité e na Bahia, campus dos Malês, era prevista a possibilidade de concluir os estudos por meio de oportunidades de qualificação acadêmica com as universidades parceiras da Europa, Ásia e África, o que também não aconteceu. Atualmente não há dupla titulação, não há experiências de mobilidade acadêmica com instituições estrangeiras, não há experiências de mobilidade docente com instituições estrangeiras. Tudo isso estava previsto nas diretrizes da UNILAB.

Em termos práticos, a UNILAB apresentou a chegada dos estudantes estrangeiros, principalmente africanos, à pequena cidade de Redenção, distante 60 quilômetros da cidade de Fortaleza, estado do Ceará. No entanto, não eramos primeiros estudantes estrangeiros africanos que chegavam ao estado do Ceará.

Nessa saga migratória a última dezena de imigrantes africanos desembarcou em fortaleza no mês de maio de 2011, com 39 estudantes oriundos de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe, e Timor-Leste, país localizado na Ásia, que, recentemente alcançou a independência. Estes estudantes têm contratos para estudar na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira UNILAB, inaugurada em maio de 2010, em Redenção, município interior do estado do Ceará (LANGA, s.d., p. 3).

Por outro lado, uma das ideias mais importantes para a UNILAB é de formar recursos humanos aptos para ajudar na integração do Brasil com os parceiros integrantes das Comunidades dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), “para o desenvolvimento regional, científico e educacional, assim como para intercâmbio cultural. Esta integração se realizará pela composição” dos professores e estudantes oriundo “não só das várias regiões do Brasil, mas também de outros países e do estabelecimento e execução de convênios temporários ou permanentes com outras instituições da CPLP” (UNILAB, s. d.)

O ponto muito importante foi a questão da lusofonia. São cinco países que foram colônia portuguesa no continente africano e têm como língua oficial portuguesa: Guiné-Bissau, Angola, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe e Moçambique, acrescidos de Timor-Leste, Brasil e Portugal, totalizando oito países que compõem a lusofonia. Portanto, a lusofonia é uma ideia que tem uma base comum nos países de expressão de língua oficial portuguesa. Mas ela vai ainda além compor um espaço que integre os assuntos “sociais, econômicos e de estratégia geopolítica”, pois pode se corporificar em um objeto, que seja suficiente para dar maior relevo e visibilidade aos países incluídos neste referido grupo.

Portanto, nessa linha, a UNILAB pretendia propor as condições para que a demanda do ensino superior se ampliasse especificamente pelos países parceiros de expressão de língua portuguesa na África, segundo continente mais populoso do mundo e terceiro continente mais vasto. “Tem mais de 30 milhões de quilômetros quadrados, cobrindo 20,3% da área total da terra firme e mais 800 milhões de habitantes em mais de 50 países, representando cerca de um sétimo da população do mundo”.

Nesse caso, o esforço de estabelecer parceria pode ser visto na assinatura desses convênios, desses acordos com os países parceiros africanos, 27 acordos. Angola: Universidade Onze de Novembro, Universidade Agostinho, Universidade Kimpa Vita. Luanda: Instituto Superior de Ciências da Educação. Cabo Verde: Universidade de Cabo-Verde, Ministério do Ensino Superior, Ciências e Inovação de Cabo Verde, Instituto Internacional de Língua Portuguesa, Instituto Universitário de Educação. China: Instituto Politécnico de Macau, Universidade de Macau. Guiné-Bissau: Ministério da Educação Nacional, Cultura, Ciência, Juventude e Desportos da Guiné-Bissau. Moçambique: Universidade Zambeze, Universidade Pedagógica, Instituto Superior de Ciências de Saúde, Universidade Eduardo Mondlane, Universidade de Lúrio, Universidade Politécnica. Portugal: Universidade de Lisboa, Universidade de Coimbra, Universidade de Aveiro, Universidade de Évora, Instituto Universitário de Lisboa, Instituto Politécnico de Coimbra. São Tomé e Príncipe: Instituto Superior Politécnico de São Tomé e Príncipe, Ministério da Educação, Cultura e Formação de São Tomé e Príncipe. Timor-Leste: Universidade Nacional Timor Lorosa'e, Ministério da Educação da República Democrática de Timor-Leste.¹ Esses acordos, apesar de terem sido firmados, ainda não significam nem a dupla titulação, nem mobilidade estudantil e nem mobilidade docente.

No momento, a estrutura da atividade administrativas acadêmica da UNILAB se localiza nos centros dos estados brasileiros do Ceará e da Bahia. No Ceará, a UNILAB conta com

¹ Comunicação eletrônica da Pró-reitoria de Relações Institucionais.

unidades acadêmicas na região do Maciço de Baturité, a cerca de 60 quilômetros da capital, Fortaleza, nos municípios de Redenção e Acarape (campus da Liberdade, campus das Auroras e campus de Palmares); e, na Bahia, no município de São Francisco do Conde (campus dos Malês), que fica a 67 quilômetros da capital, Salvador, e faz parte de sua região metropolitana. A UNILAB oferece cursos de graduação e pós-graduação (especialização e mestrado), presenciais e à distância, com um total de 4.166 estudantes brasileiros e estrangeiros, assim distribuídos: os cursos presenciais de graduação têm 2.176 estudantes de várias nacionalidades. Brasil: 1.526; Angola: 46; Cabo Verde: 77; Guiné-Bissau: 386; Moçambique: 18; São Tomé e Príncipe: 53; Timor-Leste: 70. Os cursos de pós-graduação presenciais têm 105 estudantes. Já os cursos à distância de graduação têm 499, e os de pós-graduação têm 1.386 estudantes. Apenas os cursos presenciais de graduação contemplam um número significativo de estudantes estrangeiros. Em vista disso, a análise se concentrará sobre esses cursos, que são listados abaixo.

O Instituto de Humanidades e Letras oferece, no Ceará, os cursos de Licenciatura em Letras e Bacharelado em Humanidades, que é um curso de primeiro ciclo após o qual pode-se aceder aos cursos de Bacharelado em Antropologia, Licenciatura em História, Licenciatura em Sociologia e Pedagogia. Na Bahia, os cursos de Licenciatura em Letras e de Bacharelado em Humanidades também são oferecidos. O Instituto de Ciências Sociais Aplicadas oferece o curso de Administração Pública; o Instituto de Ciências da Saúde oferece o curso de Enfermagem o Instituto de Desenvolvimento Rural oferece o curso de Agronomia; o Instituto de Engenharias e Desenvolvimento Sustentável oferece o curso de Engenharia de Energias; e, por fim, o Instituto de Ciências Exatas e da Natureza oferece os cursos de Licenciatura em Física, Licenciatura em Química, Licenciatura em Biologia e Licenciatura em Matemática (o curso de Licenciatura em Ciências da Natureza e Matemática foi ofertado até 2014, tendo sido dividido nos cursos atuais).

A UNILAB promove periodicamente processos seletivos especiais para alunos estrangeiros, que podem ser observados na tabela abaixo.

Tabela 1. Processos seletivos de estudantes estrangeiros na UNILAB, 2010-2014²

Editais	PSEE 2010 Edital nº 01/2010		PSEE 2011 Edital nº 03/2012		PSEE 2013.1 Edital nº 04/2013		PSEE 2013.2 Edital nº 68/2013		PSEE 2014.1 Edital nº 05/2014		PSEE 2014.2 Editais nº 131/2014 e nº 132/2014			7 editais		
	Insc	Aprov	Insc	Aprov	Insc	Aprov	Insc	Aprov	Insc	Aprov	Insc	Aprov 2014.3	Aprov 2015.1	Total Insc	Total Aprov	
Ingressos	2		2		1		1		1		2			11 ingressos		
Vagas	360		370		192		194		294		470			2528 vagas		
País	Insc	Aprov	Insc	Aprov	Insc	Aprov	Insc	Aprov	Insc	Aprov	Insc	Aprov 2014.3	Aprov 2015.1	Total Insc	Total Aprov	
Angola	12	12	30	14	29	8	36	10	76	23	40	6	5	223	78	
Cabo Verde	3	3	23	21	24	17	29	13	46	23	40	11	6	165	94	
Guiné-Bissau	18	18	53	42	203	77	371	75	728	162	738	34	55	2111	463	
Moçambique	3	1	5	2	15	2	29	10	12	5	6	3	2	70	25	
São Tomé e Príncipe	3	2	21	21	5	2	26	16	43	20	39	8	11	137	80	
Timor-Leste	3	3	68	68	8	5	776	60	-	-	19	0	0	874	136	
TOTAL	42	41	200	168	284	111	1267	184	905	233	874	62	79	3572	878	
Taxa de Ocupação	11,4%		45,4%		57,8%		94,8%		79,2%		35,8%			26,6%		34,7%

² Comunicação eletrônica da Coordenação de Acesso e Seleção de Estudantes da Pró-reitoria de Graduação.

Esta tabela apresenta dados sobre o processo seletivo dos estudantes estrangeiros dos países parceiros que compõem a UNILAB, desde o primeiro processo seletivo dos estudantes estrangeiros inscritos e aprovados, houve bastante demanda por parte dos alunos estrangeiros. O primeiro processo seletivo dos estudantes estrangeiros africanos foi em 2010, edital número 01/2010, entre os alunos estrangeiros inscritos e aprovados, figuravam discentes da Guiné-Bissau e Angola. Em seguida, segundo processo seletivo dos estudantes estrangeiros em 2011 edital número 03/2012, entre os alunos estrangeiros inscritos e aprovados figuravam discentes de Timor-Leste, Guiné-Bissau e Cabo Verde. No edital número 04/2013 do processo seletivo dos estudantes estrangeiros 2013.1, a Guiné-Bissau voltou com maior número de estudantes inscritos e aprovados. No processo seletivo 2013.2 edital número 68/2013, houve uma demanda por parte de Timor-Leste e Guiné-Bissau, edital número 05/2014, a demanda voltou de novo para Guiné-Bissau tanto na Bahia como no Ceará, Timor-Leste não conseguiu participar no processo seletivo dos estudantes estrangeiros naquele momento devido à situação político- econômica do país e, nos restantes editais, Guiné-Bissau continuou a liderar as demandas nos processo seletivos dos estudantes estrangeiros inscritos e aprovados na tabela acima. Isso tudo demonstra que existe demanda por parte dos países parceiros africanos para estudarem na UNILAB. Entretanto, pode-se notar que a instituição apresenta sistematicamente dificuldade de atrair estudantes de Angola e Moçambique, e também de Cabo Verde e São Tomé e Príncipe, em comparação com Guiné-Bissau e Timor-Leste.

Tabela 2. Estudantes do curso de Administração Pública, por nacionalidade, 2011-2015³

Nacionalidade	Ingressados	Cancelados	Trancados	Concluídos	Ativos
Angolanos	10	0	0	0	10
Cabo-verdianos	16	0	0	0	16
Guineenses	57	1	0	0	56
Moçambicanos	3	0	0	0	3
São-tomenses	16	1	0	0	15
Timorenses	10	0	0	0	10
Brasileiros	284	58	5	0	221
TOTAL	396	60	5	0	331

³ Comunicação eletrônica da Diretoria de Controle e Registro Acadêmico, nesta e nas tabelas subsequentes. As informações sobre os cursos do campus dos Malês, na Bahia, não foram disponibilizadas.

Tabela 3. Estudantes do curso de Agronomia, por nacionalidade, 2011-2015

Nacionalidade	Ingressados	Cancelados	Trancados	Concluídos	Ativos
Angolanos	4	0	0	0	4
Cabo-verdianos	8	0	0	0	8
Guineenses	48	4	0	0	44
Moçambicanos	1	0	0	0	1
São-tomenses	10	0	0	0	10
Timorenses	9	0	0	0	9
Brasileiros	273	76	5	0	192
TOTAL	353	80	5	0	268

Tabela 4. Estudantes do curso de Enfermagem, por nacionalidade, 2011-2015

Nacionalidade	Ingressados	Cancelados	Trancados	Concluídos	Ativos
Angolanos	0	0	0	0	0
Cabo-verdianos	12	0	0	0	12
Guineenses	46	3	0	0	43
Moçambicanos	2	0	0	0	2
São-tomenses	4	0	0	0	4
Timorenses	9	0	0	0	9
Brasileiros	220	32	6	0	182
TOTAL	293	35	6	0	252

Tabela 5. Estudantes do curso de Engenharia de energias, por nacionalidade, 2011-2015

ENGENHARIA	Ingressados	Cancelados	Trancados	Concluídos	Ativos
Angolanos	14	0	0	0	14
Cabo-verdianos	21	0	1	0	20
Guineenses	32	2	0	0	30
Moçambicanos	12	0	0	0	12
São-tomense	22	0	0	0	22
Timorenses	10	0	0	0	10
Brasileiros	239	57	7	0	175
TOTAL	350	59	8	0	283

Tabela 6. Estudantes do curso de Ciências da Natureza e Matemática, por nacionalidade, 2011-2014⁴

Nacionalidade	Ingressados	Cancelados	Trancados	Concluídos	Ativos
Angolanos	14	5	0	0	9
Cabo-verdianos	6	2	0	0	4
Guineenses	29	11	1	0	17
Moçambicanos	0	0	0	0	0
São-tomenses	3	3	0	0	0
Timorenses	33	1	1	0	31
Brasileiros	127	39	11	0	77
TOTAL	212	61	13	0	138

Tabela 7. Estudantes do curso de Biologia, por nacionalidade, 2015

Nacionalidade	Ingressados	Cancelados	Trancados	Concluídos	Ativos
Angolanos	0	0	0	0	0
Cabo-verdianos	0	0	0	0	0
Guineenses	2	0	0	0	2
Moçambicanos	0	0	0	0	0
São-tomenses	1	0	0	0	1
Timorenses	0	0	0	0	0
Brasileiros	43	1	0	0	42
TOTAL	46	1	0	0	45

Tabela 8. Estudantes do curso de Física, por nacionalidade, 2015

Nacionalidade	Ingressados	Cancelados	Trancados	Concluídos	Ativos
Angolanos	0	0	0	0	0
Cabo-verdianos	0	0	0	0	0
Guineenses	0	0	0	0	0
Moçambicanos	0	0	0	0	0
São-tomenses	0	0	0	0	0
Timorenses	0	0	0	0	0
Brasileiros	49	5	0	0	44
TOTAL	49	5	0	0	44

⁴ Em 2014, o curso deixou de ofertar vagas, sendo substituído pelos cursos de Biologia, Física, Química e Matemática.

Tabela 9. Estudantes do curso de Química, por nacionalidade, 2015

Nacionalidade	Ingressados	Cancelados	Trancados	Concluídos	Ativos
Angolanos	1	0	0	0	1
Cabo-verdianos	0	0	0	0	0
Guineenses	3	1	0	0	2
Moçambicanos	0	0	0	0	0
São-tomenses	0	0	0	0	0
Timorenses	0	0	0	0	0
Brasileiros	36	5	0	0	31
TOTAL	40	6	0	0	34

Tabela 10. Estudantes do curso de Matemática, por nacionalidade, 2015

Nacionalidade	Ingressados	Cancelados	Trancados	Concluídos	Ativos
Angolanos	0	0	0	0	0
Cabo-verdianos	0	0	0	0	0
Guineenses	2	0	0	0	2
Moçambicanos	0	0	0	0	0
São-tomenses	0	0	0	0	0
Timorenses	0	0	0	0	0
Brasileiros	40	0	0	0	40
TOTAL	42	0	0	0	42

Tabela 10. Estudantes do curso de Letras, por nacionalidade, 2012-2015

Nacionalidade	Ingressados	Cancelados	Trancados	Concluídos	Ativos
Angolanos	2	0	0	0	2
Cabo-verdianos	5	1	0	0	4
Guineenses	63	3	2	0	58
Moçambicanos	1	0	0	0	1
São-tomenses	3	0	0	0	3
Timorenses	0	0	0	0	0
Brasileiros	301	86	10	0	205
TOTAL	375	90	12	0	273

Tabela 10. Estudantes do curso de Humanidades, por nacionalidade, 2012-2015

Nacionalidade	Ingressados	Cancelados	Trancados	Concluídos	Ativos
Angolanos	11	0	0	2	9
Cabo-verdianos	15	1	0	3	11
Guineenses	198	15	0	7	176
Moçambicanos	1	0	0	0	1
São-tomenses	8	0	0	1	7
Timorenses	0	0	0	0	0
Brasileiros	1157	383	22	75	677
TOTAL	1390	399	22	88	881

Tabela 11. Estudantes do curso de Antropologia, por nacionalidade, 2015⁵

Nacionalidade	Ingressados	Cancelados	Trancados	Concluídos	Ativos
Angolanos	0	0	0	0	0
Cabo-verdianos	0	0	0	0	0
Guineenses	0	0	0	0	0
Moçambicanos	0	0	0	0	0
São-tomenses	0	0	0	0	0
Timorenses	0	0	0	0	0
Brasileiros	3	0	0	0	0
TOTAL	3	0	0	0	0

Tabela 12. Estudantes do curso de História, por nacionalidade, 2015

Nacionalidade	Ingressados	Cancelados	Trancados	Concluídos	Ativos
Angolanos	0	0	0	0	0
Cabo-verdianos	0	0	0	0	0
Guineenses	1	0	0	0	1
Moçambicanos	0	0	0	0	0
São-tomenses	0	0	0	0	0
Timorenses	0	0	0	0	0
Brasileiros	32	1	0	0	31
TOTAL	32	1	0	0	32

⁵ Os cursos de Antropologia, História, Pedagogia e Sociologia são cursos de segundo ciclo, que só aceitam estudantes que já concluíram o curso de Humanidades, correspondente ao primeiro ciclo da formação.

Tabela 13. Estudantes do curso de Pedagogia, por nacionalidade, 2015

Nacionalidade	Ingressados	Cancelados	Trancados	Concluídos	Ativos
Angolanos	0	0	0	0	0
Cabo-verdianos	1	0	0	0	1
Guineenses	0	0	0	0	0
Moçambicanos	0	0	0	0	0
São-tomenses	0	0	0	0	0
Timorenses	0	0	0	0	0
Brasileiros	10	1	0	0	9
TOTAL	10	1	0	0	10

Tabela 14. Estudantes do curso de Sociologia, por nacionalidade, 2015

Nacionalidade	Ingressados	Cancelados	Trancados	Concluídos	Ativos
Angolanos	2	0	0	0	2
Cabo-verdianos	2	0	0	0	2
Guineenses	6	0	0	0	6
Moçambicanos	0	0	0	0	0
São-tomenses	1	0	0	0	1
Timorenses	0	0	0	0	0
Brasileiros	24	1	0	0	24
TOTAL	35	0	0	0	35

As tabelas acima demonstram que, no curso de Administração Pública, o país africano com maior presença de estudantes foi a Guiné-Bissau, assim como nos cursos de Agronomia, Enfermagem, Engenharia, Humanidades e Letras. Se observarmos a taxa de evasão (estudantes cancelados, e, para o efeito desta análise, trancados), podemos ver alguns estudantes estrangeiros abandonando os seus cursos na UNILAB. A maior evasão absoluta é no curso de Humanidades, com 15 estudantes guineenses e um cabo-verdiano. Entretanto, boa parte desses estudantes pode ter mudado de curso em editais internos de transferência, uma vez que o curso de Humanidades muitas vezes não é a primeira opção quer para estudantes estrangeiros, quer para estudantes brasileiros.

Os cursos de segundo ciclo do Instituto de Humanidades e Letras têm poucos estudantes estrangeiros, concentrados na Sociologia. No entanto, dos 13 estudantes estrangeiros que concluíram o Bacharelado em Humanidades, apenas um não se matriculou em um curso de segundo ciclo. Por outro lado, a diferença entre o percentual de estrangeiros ingressantes e concluintes neste curso pode indicar que a retenção e a repetência afetam mais os estudantes estrangeiros que os brasileiros. Embora os dados coletados não permitam generalizar para os

demais cursos, que ainda não haviam formado suas primeiras turmas no momento da coleta dos dados, esta pode ser uma hipótese verossímil. Por outro lado, as taxas percentuais de evasão são muito menores para os estudantes estrangeiros que para os brasileiros, que têm um número maior de opções de formação superior disponível, fora da UNILAB. Além disso, a vinda de um estudante africano ou timorense para fazer uma graduação no Brasil, independente dos auxílios financeiros prestados pela instituição brasileira, representa um investimento pessoal e familiar muito alto, e não apenas do ponto de vista financeiro.

É também interessante perceber que os alunos timorenses estão concentrados nos cursos do Instituto de Ciências Exatas e da Natureza, embora após o desmembramento do curso de Licenciatura em Ciências da Natureza e Matemática, a matrícula de estudantes estrangeiros despencou. Isso pode ser fruto da diminuição da procura e da aprovação de timorenses nos processos seletivos, conforme a Tabela 1, ou estar relacionado a outros fatores que não é possível identificar no momento.

Tabela 15. Estudantes dos cursos de graduação presenciais, por nacionalidade, 2011-2015

Nacionalidade	Ingressados	Cancelados	Trancados	Concluídos	Ativos
Angolanos	58	5	0	2	51
Cabo-verdianos	86	4	1	3	78
Guineenses	487	40	3	7	437
Moçambicanos	20	0	0	0	20
São-tomenses	68	4	0	1	63
Timorenses	71	1	1	0	69
Brasileiros	2838	744	66	75	1953
TOTAL	3628	798	71	88	2671

Já a tabela acima mostra o total de estudantes, brasileiros e estrangeiros, em todos os cursos de graduação presencial na UNILAB, nos campi do Ceará. Considerando todos os estudantes ativos estrangeiros, pode-se observar que ingressaram na graduação presencial 790 estudantes, ou seja, pouco menos de 22%, muito abaixo da previsão de 50% estipulada no projeto original da universidade. Por outro lado, a evasão de estudantes africanos é consideravelmente menor que a dos brasileiros. Trancaram ou cancelaram seus cursos apenas 59 estudantes estrangeiros, o que corresponde a 7,5%. Entre os brasileiros, foram 810, ou 28,5%. Isso leva a um pequeno aumento da concentração de estrangeiros entre os alunos ativos, do total dos quais eles representam cerca de 27%.

A UNILAB foi fundada na base dos princípios da cooperação solidária, em parceria com os países africanos. Essa intenção foi assinalada com a escolha da sede, na cidade de Redenção,

no Ceará, a primeira cidade brasileira a libertar em massa seus escravos, em janeiro de 1883. Considerando o objetivo de formar os recursos humanos para ajudar à integração do Brasil com os países parceiros da língua portuguesa, sobretudo os países africanos, o projeto original tinha como meta atingir 5.000 estudantes, metade dos quais brasileiros, a outra metade selecionada pelos países parceiros africanos e do Timor-Leste. Entretanto, a prática da seleção dos estudantes estrangeiros não tem correspondido a esse objetivo. Para os estudantes que efetivamente ingressam na UNILAB, a evasão tem sido pequena, especialmente se comparada à dos brasileiros, mas é possível que haja um processo de retenção sistemática muito mais alta entre os estudantes estrangeiros, que deve poder ser melhor observado a partir do momento em que se formem turmas dos vários cursos (até a coleta dos dados, apenas duas turmas do Bacharelado em Humanidades haviam se formado).

Outro ponto importante que merece atenção quando se avalia a experiência da formação profissional de estudantes estrangeiros na UNILAB são os números referentes à concessão de bolsas acadêmicas das diferentes instâncias que compõem a Universidade. A UNILAB tem um amplo programa de assistência estudantil, voltado tanto para estudantes brasileiros em condições de vulnerabilidade social quanto para estudantes estrangeiros. Nesse programa estão incluídos o fornecimento de refeições (almoço e jantar) a preços subsidiados, além de uma série de auxílios financeiros (moradia, transporte, alimentação etc.) destinados a garantir a permanência do estudante na Universidade do ingresso até a conclusão de seu curso. Embora haja muitos problemas pontuais, e os recursos destinados ao programa não sejam suficientes para fazer face à demanda, a totalidade dos estudantes estrangeiros é atendida, de uma forma ou de outra, pela assistência estudantil.

Entretanto, as bolsas acadêmicas têm uma lógica própria. Elas são parte de programas que têm como objetivo complementar a formação acadêmica e profissional do estudante, não tendo a função de garantir que o estudante fique dentro da universidade, mas sim a função de retribuição financeira para a dedicação do estudante numa área específica da formação. Essa área de formação específica poder ser a realização de atividades de extensão, de iniciação à pesquisa, de iniciação à docência ou de iniciação à prática profissional e ao mundo do trabalho, o que significa que quem recebe essas bolsas ao longo de seu curso vai provavelmente ter uma formação melhor do que as pessoas que não recebem. A forma como essas bolsas são distribuídas varia, mas quase sempre existe uma forma de seleção por mérito. Geralmente essas bolsas não são muitas, mas as poucas que existem na UNILAB são distribuídas desigualmente, como vamos ver, entre estudantes estrangeiros e brasileiros.

A mais prestigiosa das bolsas acadêmicas é a vinculada à pesquisa. A UNILAB tem um Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), que conta com recursos de agências financiadores governamentais e também com recursos de seu próprio orçamento. A Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-graduação lança editais nos quais os professores podem concorrer com projetos de pesquisa; os projetos selecionados recebem uma ou mais bolsas, e a seleção dos estudantes é feita diretamente pelo professor responsável, de acordo com alguns critérios gerais (número máximo de reprovações ou média mínima de notas nas disciplinas do curso). Considerando todos os editais já executados, foram distribuídas bolsas, com duração de um ano, conforme a tabela abaixo.

Tabela 16. Distribuição de bolsas PIBIC por curso e nacionalidade, 2013-2015⁶

Curso	Angola	Cabo Verde	Guiné-Bissau	Moçambique	São Tomé e Príncipe	Timor-Leste	Brasil
Administração pública	1	4	12	1	4	-	43
Agronomia	1	1	7	1	9	-	80
Enfermagem	-	-	11	1	-	-	140
Engenharia de energias	4	11	2	-	1	-	63
C. da natureza e matemática	6	2	-	-	-	1	36
Biologia	-	-	-	-	-	-	2
Letras	-	2	4	1	-	-	23
Humanidades	2	3	27	1	1	-	78
Antropologia	-	-	-	-	-	-	2
História	-	-	-	-	-	-	1
Sociologia	-	-	-	-	-	-	2
TOTAL	14	21	65	5	15	1	470

Na tabela acima pode-se observar que os cursos em que os estudantes estrangeiros têm mais chance de obter uma bolsa de pesquisa são os de Administração Pública e Humanidades, que atribuem mais de 30% de suas bolsas a estudantes estrangeiros. Letras, Engenharia de

⁶ Comunicação eletrônica da Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-graduação.

Energias, Ciências da Natureza e Matemática, e Agronomia variam entre 19% e 23% de bolsistas estrangeiros, enquanto o curso de Enfermagem é, de longe, o que menos está comprometido com a iniciação científica de seus estudantes estrangeiros, que são menos de 8% dos bolsistas.

Se compararmos esses percentuais ao percentual de alunos estrangeiros ativos em cada curso (deixando de lado os cursos de segundo ciclo do Instituto de Humanidades e Letras e os novos cursos do Instituto de Ciências Exatas e da Natureza, que têm muito poucos estrangeiros ativos), veremos que os estudantes estrangeiros estão fortemente sub-representados dentre os bolsistas PIBIC nos cursos de Ciências da Natureza e Matemática (44% de estudantes estrangeiros, mas apenas 20% de bolsistas estrangeiros), Enfermagem (28% de estudantes estrangeiros contra 8% de bolsistas estrangeiros), e Engenharia de Energias (38% de estudantes estrangeiros, e apenas 22% de estrangeiros entre os bolsistas). O curso de Agronomia apresenta uma discrepância menor, na casa dos nove pontos, enquanto nos cursos de Letras e Administração Pública há correspondência entre os percentuais. O curso de Humanidades contraria a tendência, com uma porcentagem maior de bolsistas estrangeiros (30%) do que a parcela relativa de estudantes estrangeiros ativos (23%).

O segundo grupo de bolsas acadêmicas está relacionado à iniciação à docência, abrangendo principalmente os cursos de licenciatura e dividido, na UNILAB, em três programas: o Programa Institucional de Iniciação à Docência (PIBID) e o Programa de Educação Tutorial (PET), ambos financiados com recursos de agências governamentais, e o Programa de Bolsas de Monitoria (PBM), com recursos orçamentários próprios da instituição. Um novo programa de monitoria, denominado Programa Pulsar, está sendo implantado no momento da escrita deste trabalho, não sendo possível apresentar dados sobre ele. Também não foi possível obter qualquer dado do PIBID, o mais amplo dos programas de iniciação à docência, segundo a coordenação responsável por não haver registro consolidado sobre os estudantes já contemplados com bolsas.⁷

O PBM é um programa que já distribuiu 183 bolsas desde sua implantação, em 2012. A seleção é feita com base na média total das notas obtidas pelo candidato no curso, e na nota obtida nas disciplinas específicas no âmbito das quais a monitoria será exercida. Foram 23 bolsas em 2012 (todas para estudantes brasileiros), 49 em 2013 (das quais quatro foram para

⁷ Comunicação eletrônica da Coordenação do Programa Institucional do Programa de Bolsas de Iniciação à Docência da Pró-reitoria de Graduação.

estudantes estrangeiros), 109 em 2013 (dez bolsas para estudantes estrangeiros) e 20 em 2015 (sendo duas concedidas a estudantes estrangeiros).⁸

O PET é um programa pequeno, que contempla, no máximo, 12 bolsas e seis voluntários. Essa configuração é alcançada em três anos de projeto, conforme apreciação efetiva do projeto pelo comitê local de acompanhamento e avaliação das agências financiadoras. Na UNILAB, o PET contempla estudantes dos cursos de Letras e de Humanidades, e está entrando em seu terceiro ano, no qual estão sendo selecionados mais 4 bolsistas e dois voluntários. A seleção, de mérito, é feita em várias etapas, incluindo a análise do histórico escolar do candidato, uma redação e dinâmicas de grupo. Até o momento da coleta dos dados, o PET tinha oito bolsistas, cinco estudantes de Humanidades e três de Letras, dos quais seis brasileiros e dois estrangeiros.⁹

As bolsas de extensão são conferidas também a professores que concorrem com projetos em editais específicos, e financiadas diretamente pela instituição. Em 2012, foram distribuídas 18 bolsas, sendo duas a estudantes estrangeiros; em 2013, foram distribuídas 52 bolsas, dez delas a estrangeiros; em 2014, foram 65 bolsas, dentre as quais sete foram atribuídas a estudantes estrangeiros; finalmente, em 2015, foram disponibilizadas 70 bolsas, 20 das quais para estudantes estrangeiros. Nota-se que apenas em 2015 houve um certo equilíbrio na distribuição das bolsas de extensão, com 28,5% das bolsas atribuídas a estudantes estrangeiros, que são 28,5% dos alunos ativos na graduação presencial da Universidade. Nos anos anteriores, essa taxa variou entre 11% e 19%.

As bolsas de iniciação ao mundo do trabalho são relativamente poucas e direcionadas a áreas de atuação internas à própria UNILAB. Atualmente, o único programa em funcionamento é o Programa de Bolsas de Tecnologia da Informação (PROBTI), o que resulta numa abrangência restrita em termos de cursos de graduação dos candidatos. Desde o seu início, o programa já distribuiu 124 bolsas, caracterizadas por um alto índice de renovação em comparação com as demais modalidades de bolsas acadêmicas. Foram distribuídas, em 2011, dez bolsas; em 2012, 55 (sendo dez renovações, mais 45 novos bolsistas); em 2013, foram 26 renovações e nenhum novo bolsista; em 2014 foram distribuídas 33 bolsas (26 renovações, e mais sete novos ingressos). Ao longo desse período, apenas três estudantes estrangeiros foram contemplados, todos em 2012: um de Cabo Verde, um de Moçambique e um de São Tomé e Príncipe. Este último permanecia bolsista em 2014; os outros dois não tiveram suas bolsas renovadas.¹⁰

⁸ Comunicação eletrônica da Coordenação de Ensino de Graduação da Pró-reitoria de Graduação.

⁹ Comunicação eletrônica da Coordenação do Programa de Educação Tutorial.

¹⁰ Comunicação eletrônica da Diretoria de Tecnologia da Informação.

Considerando-se que os cursos que mais se enquadram na área de atuação do programa, como os do Instituto de Engenharias e Desenvolvimento Sustentável e do Instituto de Ciências Exatas e da Natureza, têm um alto percentual de estudantes estrangeiros, a quase ausência de estrangeiros como bolsistas PROBTE é notável.

A tabela a seguir resume a atribuição de bolsas acadêmicas a estudantes brasileiros e estrangeiros na UNILAB, desde sua implantação, descontando-se a ausência de dados sobre o PIBIC.

Tabela 17. Bolsas acadêmicas concedidas a estudantes brasileiros e estrangeiros, 2011-2015

Programa	PIBIC	PBM	PET	Extensão	PROBTE	TOTAL
Brasileiros	470	167	6	166	121	930
Estrangeiros	121	16	2	39	3	181
Total	591	183	8	205	124	1111
Percentual estrangeiros	20,5%	8,7%	25,0%	19,0%	2,4%	16,3%

Aqui temos a prova, nesta amostragem aprofundada sobre as listagens das bolsas, apresentando os dados das bolsas e a forma como foram concedidas para os estudantes estrangeiros, de uma atitude drasticamente discriminatória. Os estudantes estão amplamente super-representados dentre os bolsistas. Portanto, isso mostra o descumprimento por parte da Universidade de suas diretrizes e de sua Lei de criação.

Também é interessante observar que as modalidades de bolsa que mais discriminam os estudantes estrangeiros são precisamente aquelas cuja seleção é feita por critérios “puramente técnicos”, como a média de notas. Isso pode indicar que os estudantes estrangeiros recebem notas sistematicamente mais baixas que seus colegas brasileiros, apesar de terem uma taxa muito maior de permanência. Os motivos para essa situação podem estar relacionados ao domínio linguístico do português escrito, que é língua estrangeira para a maior parte dos estudantes estrangeiros, e outros motivos que não é possível investigar aqui. Mas é importante observar que as seleções mais subjetivas ou mais complexas (PIBIC, PET e, em menor medida, extensão) permitem uma participação maior de estudantes estrangeiros nas esferas da formação profissional representadas pelas bolsas acadêmicas. Outra conclusão é a de que alguns institutos (particularmente o Instituto de Engenharias e Desenvolvimento Sustentável, o Instituto de Ciências Exatas e da Natureza e o Instituto de Ciências da Saúde) têm

apresentado uma enorme dificuldade em incluir seus estudantes estrangeiros em percursos formativos que ultrapassem a mera sala de aula, reservando desproporcionalmente aos brasileiros as oportunidades de aprofundamento da formação profissional representadas pelas bolsas acadêmicas.

Considerações finais

Ao longo desse estudo, pude verificar que ocorreram diferentes mudanças positivas nas políticas de cooperação de Brasil com África, mas ainda existem dificuldades que devem ser superadas no continente africano, onde há instabilidades políticas (golpes de Estado, assassinatos e violação de direitos humanos) que constituem os principais obstáculos para a realização desses trabalhos. A cooperação pode ser um caminho importante com a junção de forças para enfrentar profundos erros internos que podem ser corrigidos nessas comunidades africanas.

No período de governo de Jânio Quadros e João Goulart (1961-1964), a cooperação do Brasil com outras nações em desenvolvimento revelou o empenho crescente de projetar o nível do perfil internacional brasileiro, com intuítos políticos e econômicos. O Brasil diferenciou as suas relações com vários países, no caso da “América Latina, África e Ásia”, aprendeu uma política independente no âmbito de Cuba e do MNA e tomou parte positivamente nas discussões de assuntos “como o desarmamento e o comércio nos fóruns multilaterais”, visando desenvolver o plano político de harmonia com as suas qualidades de promover o “desenvolvimento econômico” (LEITE, 2011, p. 118).

Para concluir, é relevante destacar algumas questões relacionadas ao entendimento do papel do discurso culturalista na aproximação do Brasil com o continente africano desde o começo dos anos 60. “Em primeiro lugar” foram dois discursos invocando a “natural” solidariedade que propiciava a reaproximação com a África. Um reforçava os laços históricos com as nações negras da África, especificamente as de expressão portuguesa. Por outro lado, concedia as relações históricas com o continente africano através de Portugal, em meio de uma expectativa colonialista, “através de uma suposta comunidade Luso-Afro-Brasileira” que focava no CEAO (SARAIVA, 1993, p. 235). A investigação da caminhada das primeiras iniciativas do começo dos anos do CEAO, no âmbito dos seus trabalhos relacionados com o intercâmbio acadêmico com os países da África, admitiu a extensão da manutenção institucional vinculada à compreensão de se construir as relações entre o Brasil e continente africano, elogiadas pelo seu idealizador e criador Agostinho da Silva, intelectual português radicado no Brasil, que acreditava que o Brasil poderia se aproximar culturalmente das nações de expressão portuguesa e exercer uma influência política, de forma a construir uma sociedade de nações autônomas. A ação de Agostinho da Silva, com a fundação do CEAO na Universidade da Bahia, visou construir relações de origem acadêmica, não com as colônias

portuguesas, mas sim com todas as nações da África, com as quais o Brasil pudesse se relacionar.

A avaliação dos contatos evidencia com muita clareza como os empenhos de aproximação acadêmica e cultural do Centro andavam em dois mecanismos, nos anos de 1959 e 1960. Primeiro, Agostinho da Silva, como diretor de Centro, procurava relações um pouco amplas de laços com as nações de língua portuguesa. Depois, dialogava com os pesquisadores sediados na Bahia aos quais interessava um pouco os laços com as nações da África ocidental, como é o caso de Pierre Verger. “Deste último direcionamento resultou as ações de maior visibilidade do CEAO — o intercâmbio dos professores. Cabe acrescentar a ida de Pedro Moacir Maia para a Universidade de Dakar, no Senegal, em 1960, para ministrar curso de língua portuguesa” (REIS, 2011, p. 195).

O ano de 1961 marcou o cenário no Brasil de um período de redefinição direcionada à África. O governo brasileiro, durante o mandato de Quadros, divulgou a PEI, que estudava moções para a aproximação com África. Nesse contexto, o assunto ganhou nível de aproximação com as nações da África ocidental, em prejuízo das nações que ainda estava sob controle da colonização. Agostinho da Silva confiava que os contatos culturais poderiam vir primeiro “em relação aos econômicos ou políticos”. Muito embora tenha negociado em todas as vertentes, “trabalhou para ficar a cargo do CEAO o intercâmbio cultural que também era pleiteado por outros grupos no país”. Portanto, a chegada dos discentes africanos para adquirirem a língua portuguesa e estudarem nas universidades brasileiras foi das mais relevantes resoluções federais em função do CEAO.

Depois de tornada independente a chamada África portuguesa, havia dois discursos passados que concorreram através da exploração de novas alternativas possíveis para o Brasil no continente africano. Sobretudo entre o começo de 1961 e o período de 1974 a 1975 “com a Revolução dos Cravos e o reconhecimento brasileiro do governo revolucionário do MPLA em Angola”, que acabou com o regime salazarista em Portugal. Durante o período Geisel (1974-1979) esses discursos tornaram confusas as distintas possibilidades. “Uma das fundamentais consequências da política africana no início da década de enfraquecimento do discurso lusófono que já vinha de antes” (SARAIVA, 1993, p. 235). Esses discursos foram sendo recuperados no governo de Geisel, durante o qual o Brasil assinou diversos acordos culturais propícios e de cooperação técnica com os países lusófonos em setores como a agricultura, telecomunicações e formação profissional. Através de estabelecimento de um programa de estudo para discentes africanos no Brasil denominado Programa de Estudantes-Convênio de

Graduação e de Pós-graduação (PEC-G e PEC-PG) nas universidades brasileiras para discentes nacionais lusófonos

Já no período Lula, podemos compreender o papel da UNILAB no quadro da política externa brasileira em sua cooperação com África na base de relações sul-sul, a partir de uma análise profunda dos governos de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010) no tocante à criação de uma Universidade de Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira pela Lei nº 12.829, decretada pela presidência da República Federativa do Brasil em 20 de junho de 2010, vinculada ao Ministério da Educação do Brasil (MEC) com o perfil de trazer estudantes africanos de língua portuguesa para o Brasil e unir os países lusófonos. Situada na cidade de Redenção, Ceará, a primeira a abolir escravos no século XIX. A UNILAB tem como objetivo institucional formar os recursos humanos para ajudar na integração do Brasil com os países africanos, sobretudo a comunidade da língua portuguesa, “bem como promover o desenvolvimento regional e o intercâmbio cultural, científico e educacional” (UNILAB). Em certa medida, a UNILAB recupera algumas das aspirações de cooperação cultural e acadêmica entre Brasil e África presentes no projeto inicial do CEAO, incluindo a ênfase no espaço de colonização portuguesa e o projeto de intercâmbio de professores, pesquisadores e estudantes. Entretanto, na prática a instituição tem demonstrado uma enorme dificuldade de cumprir seu projeto, tanto em relação ao intercâmbio acadêmico efetivo com os países e instituições parceiras, quanto em relação ao acesso de estudantes estrangeiros aos seus cursos de graduação, e ainda em relação às oportunidades de aprofundamento da formação representadas pelas bolsas acadêmicas, desigualmente distribuídas entre estudantes brasileiros e estrangeiros.

Referências bibliográficas

- BARRETO, Diogo. **Guerra Fria (1945-1990)**. Recife: Colégio salesiano, s.d. Disponível em: <http://www.salesianorecife.com.br/rede/public/arquivos/tarefa/2013051>. Visitado em: 8 out. 2015.
- DANTAS, San Tiago. **Política Externa Independente**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011.
- DÁVILA, Jerry, **Hotel Trópico: o Brasil e o desafio da descolonização africana, 1950-1980**. São Paulo: Paz e Terra, 2011.
- FERREIRA, Wallace. A África na política externa brasileira: análise de distanciamentos e aproximações entre as décadas de 1950 e 1980. **Revista Acadêmica de Relações Internacionais**, v. II, n. 4, 2012. Disponível em: <http://rari.ufsc.br/files/2013/10/RARI-N%C2%B04-Vol.-II-Artigo-5.pdf>. Visitado em: 8 out. 2015.
- FIÚZA FIALHO, Machado Lia, MACHADO, Charliton José dos Santos. **Golpe de 1964: história, geopolítica e educação**. Fortaleza: s.n., 2014.
- FRANCO, Álvaro, da Costa. **Política Externa Independente**. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2007-2008. 2v.
- HARRIS, Joseph E. & ZEGHIDOUR, Slimane. O pan-africanismo: libertação e integração a partir de 1935. In: AMIN, Samir (Ed.). **África desde 1935**. Brasília: UNESCO, 2010. (história geral da África, v. 8).
- LANGA, Ercilio Neves Brandão. Diáspora africana no Ceará: Desafios diante da alteridade e ressignificações de identidades étnico-raciais. In: CONGRESSO Internacional de Estudos sobre a Diversidade sexual e de Gênero, 6., 2012, Salvador. **[Anais]**. Salvador: ABEH, 2012. Disponível em : http://www.academia.edu/7490236/DI%C3%81SPORA_AFRICANA_NO_CEAR%C3%81_DESAFIOS_DIANTE_DA_ALTERIDADE_E_RESSIGNIFICA%C3%87%C3%95ES_DE_IDENTIDADES_%C3%89TNICO-RACIAIS. Visitado em: 8 out. 2015.
- LEITE, Patrícia Soares. **O Brasil e a cooperação Sul-Sul em três momentos: os governos Jânio Quadros/João Goulart, Ernesto Geisel e Luís Inácio Lula da Silva**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011.
- LOCKSLEY, Edmondson. A África e as regiões em vias de desenvolvimento. In: AMIN, Samir (Ed.). **África desde 1935**. Brasília: UNESCO, 2010. (história geral da África, v. 8).
- MANÉ, Denise Catarina Dias. **Políticas de cooperação técnica da agência brasileira de cooperação (ABC) com a Guiné-Bissau**. Monografia de graduação (Bacharelado em Relações Internacionais), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.
- MIYAMOTO, Shiguenoli. A política externa brasileira para África no início do novo século: interesses e motivações. In: CONGRESSO Luso-afro-brasileiro de Ciências Sociais, 11., 2011, Salvador. **Diversidades e (des)igualdades**. Salvador: UFBA, 2011.
- MORE, Fernando Rodrigo. **A guerra fria: 1945-1987**, São Paulo: Lex, 2007.
- MOURA, Gilberto F. G de. O diálogo Índia, Brasil, África do Sul – IBAS: balanços e perspectivas. In: CONFERÊNCIA Nacional de Política Externa e Política Internacional, 3., 2008, Rio de Janeiro. **Seminário IBAS: textos acadêmicos**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2008.

MUNANGA, Kabengele. Estudo e ensino de África na Universidade de São Paulo: atuação do Centro de Estudos Africanos e do professor Fernando Augusto Albuquerque Mourão. **África**, n. esp., p. 11-30, 2012.

NETO, Hélio Franchini. Política Externa Independente em ação: a conferência de Punta del Este de 1962. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 48, n. 2, p. 129-151, 2005.

NETO, Luíz Salgado. A crise de Suez: uma sobreposição de três conflitos (1952-1956). **Revista Cantareira**, n. 17, 2012. Disponível em: <http://www.historia.uff.br/cantareira/v3/wp-content/uploads/2013/05/e17a6.pdf>. Visitado em: 8 out. 2015.

OLIVEIRA, Guilherme Ziebell de. A política africana do Brasil: mudança entre Lula e Dilma? In: Seminário Nacional de Pós-Graduação, 2., 2014, João Pessoa. **[Anais]**. João Pessoa: Associação Brasileira de Relações Internacionais, 2014.

PEREIRA, Nunes Maria José. Os Estudos Africanos na América Latina: um estudo de caso. O Centro de Estudos Afro-asiáticos (CEAA). In: LECHINI, Gladys (Comp.). **Los estudios afroamericanos y africanos en América Latina**. Herencia, presencia y visiones del otro. Córdoba: Ferreyra; Buenos Aires: CLACSO, 2008. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/sursur/AFRICAN/16nune.pdf>. Visitado em: 8 out. 2015.

PROGRAMA de estudantes-convênio de graduação. **PEC-G: manual do estudante-convênio**. Brasília: MRE, 2005. Disponível em: http://www.dce.mre.gov.br/PEC/G/docs/Manual_do_Estudante-Convênio_PT.pdf. Visitado em: 8 out. 2015.

REIS, Nascimento Luísa dos. Desembarcando na “África” baiana: o Centro de Estudos Afro-orientais e o intercâmbio de estudantes africanos (1961). In: CONGRESSO Luso-afro-brasileiro de Ciências Sociais, 11., 2011, Salvador. **Diversidades e (des)igualdades**. Salvador: UFBA, 2011.

REIS, Nascimento Luísa dos. **O Centro de Estudos Afro-Orientais da Universidade Federal de Bahia: intercâmbio acadêmico e cultural entre Brasil e África (1959-1964)**. Dissertação (Mestrado em Estudos Étnicos e Africanos), Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2010.

ROSI, Bruno Gonçalves. As relações Brasil-África no regime militar e na atualidade. **Conjuntura Austral**, v. 2, n. 3-4, 2010-2011.

SARAIVA, José Sombra. **O lugar da África: a dimensão atlântica da política externa brasileira de 1946 a nossos dias**. Brasília: EdUnB, 1996.

THOMAZ, Omar Ribeiro, Tigres de papel: Gilberto Freyre, Portugal e os países africanos de língua oficial portuguesa. In: BASTOS, Cristiana; ALMEIDA, Miguel Vale de; FELDMAN-BIANCO, Bela (Coords.). **Trânsitos coloniais: diálogos críticos luso-brasileiros**. Lisboa. Imprensa de Ciências Sociais, 2002.

ULLRICH, Danielle Regina; MARTINS, Bibiana Volkmer; CARRION, Rosinha Machado. A cooperação sul-sul como estratégia de política externa brasileira: análise dos governos Lula e Dilma. In: ENCONTRO da ANPAD, 37., 2013, Rio de Janeiro. **[Anais]**. Rio de Janeiro: ANPAD, 2013. Disponível em: http://www.anpad.org.br/admin/pdf/2013_EnANPAD_ESO911.pdf. Visitado em: 8 out. 2015.

UNILAB. Comissão de implantação. **Diretrizes Gerais**. Redução: UNILAB, 2010. Disponível em: http://pdi.unilab.edu.br/wp-content/uploads/2013/08/Diretrizes_Gerais_UNILAB.pdf. Visitado em: 8 out. 2015.

VIEIRA, Neide de Paiva. **Guerra Fria**: desafios, confrontos e historiografia. Maringá: Secretaria de Educação do Estado do Paraná, 2008. (caderno pedagógico para alunos e professores).

VISENTINI, Paulo G. Fagundes; PEREIRA, Analúcia Danilevicz. **A política africana do governo Lula**. s.l.: s.n., s.d. Disponível em: www.ufrgs.br/nerint/folder/artigos/artigo40.pdf. Visitado em 8 out. 2015.

VISENTINI, Paulo G. Fagundes. **A África e as potências emergentes**: nova partilha ou cooperação sul-sul? A presença da China, do Brasil e da Índia. Porto Alegre: Leitura XXI, 2013.

ZAMPARONI, Valdemir. Os estudos africanos no Brasil: veredas. **Revista de Educação Pública**, v. 4, n. 5, 1995.